

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA ZILKA FARIAS DE MENDONÇA

**O TRABALHO DA MULHER AMERICANA DURANTE A SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FEMINISMO**

RECIFE

2015

MARIA ZILKA FARIAS DE MENDONÇA

**O TRABALHO DA MULHER AMERICANA DURANTE A SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FEMINISMO**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Luciana
Campelo de Lira**

RECIFE

2015

Mendonça, Maria Zilka Farias de

O trabalho da mulher americana durante a segunda guerra mundial e sua contribuição para o feminismo. / Maria Zilka Farias de Mendonça. – Recife: O Autor, 2015.

59 f.; il.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Luciana Campelo de Lira

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de Conclusão de curso, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. 2. Feminismo. 3. Trabalho da mulher americana. 4. Teoria feminista. I. Título.

**327
327**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2016-381**

MARIA ZILKA FARIAS DE MENDONÇA

**O TRABALHO DA MULHER AMERICANA DURANTE A SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FEMINISMO**

Monografia apresentada à Faculdade Damas
da Instrução Cristã - FADIC, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Aprovada em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
(Projeto Experimental II)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Profa. Dra. Luciana Campelo de Lira
(Orientadora)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

Profa. Dra. Michely Peres de Andrade
(Examinadora externa)

Lista De Siglas

CEO - Chief executive officer

SPARS - Coast Guard Women's Reserve

WAACS – Women's Army Auxiliary Corps

WAC – Women's Army Corps

WASPS - Women Airforce Service Pilots

WAVES – Navy Women's Reserve

O TRABALHO DA MULHER AMERICANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FEMINISMO

Maria Zilka Farias de Mendonça*

Resumo

O presente estudo discorre sobre o trabalho da mulher americana durante a Segunda Guerra Mundial e sua contribuição para o feminismo. Tem como objetivo mostrar o início dessa atividade para o “esforço de guerra” e sua relação com o movimento feminista, além de analisar os efeitos desse trabalho para a trajetória da emancipação (trabalhista) da mulher. Com o início da Segunda Guerra Mundial, homens americanos são recrutados pelo serviço militar, para lutarem contra o regime nazista. Com isso, o quantitativo de empregos a serem preenchidos com a partida desses soldados é considerável. Dessa forma, as mulheres (americanas) passaram a ocupar o lugar dos homens no mercado de trabalho, nos mais diversos segmentos. Apesar de proibidas legalmente de irem para o campo de batalha, a Segunda Guerra Mundial trouxe uma emancipação trabalhista e social - mesmo que temporária e controlada pelo governo - para essas mulheres. Apesar do serviço durante 1939-1945 ter sido apenas um paliativo pela falta de homens no mercado de trabalho, isso não diminui as mudanças que ocorrem nos EUA após a Segunda Guerra. O tema será abordado à luz da Teoria Feminista das Relações Internacionais, no intuito de apontar para o modelo de dominação masculina, bem como os caminhos possíveis para superação das desigualdades de gênero.

Palavras-Chave: Feminismo, Trabalho da mulher americana, Teoria Feminista.

* Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais.

Abstract

This study discusses the work of American women during World War II and its contribution to feminism. It aims to show the beginning of this activity for the war effort and its relation with the feminist movement, as well as analyze the effects of this work into the path of emancipation (labor) of women. With the onset of World War II, American men are recruited by the military, to fight against the Nazi regime. As a result, the amount of jobs to be filled with the departure of these soldiers is considerable. Thus, women (American) began to take the place of men in the labor market in various segments. Although legally banned from going to the battlefield, World War II brought a labor and social emancipation - even if temporary and controlled by the government - for these women. Despite the service during 1939-1945 being just a palliative for the lack of men in the labor market, this does not diminish the changes that occur in the United States after World War II. The issue will be addressed in the light of the Feminist Theory of International Relations in order to point to the male-dominated model as well as possible ways to overcome gender inequalities.

Keywords: Feminism, Work of American women, Feminist Theory.

Agradecimentos

Aos meus pais, Alberto e Zilka, por terem criado uma filha (relativamente) independente, por nunca terem me obrigado a usar rosa (a não ser que eu quisesse) e por terem apoiado minha decisão de pintar meu quarto de azul e amarelo quando eu era criança. Acreditem, tudo isso significou muito.

À minha sis, Lulu, que mesmo longe, sempre está ligada nessa minha louca caminhada pelo feminismo (e à minha Lalá, que eu amo tanto de paixão).

Aos meus avós, Mima e Beco, pelo cuidado, carinho, amor e apoio.

Aos meus irmãos, Guga e Bekinho, por serem tão diferentes de mim. Isso é uma coisa boa.

À Tio Geno, que mesmo não estando mais aqui, sei que está muito orgulhoso do meu trabalho.

À minha querida orientadora, quem eu quero ser quando crescer, Dra. Luciana Lira, por ser uma verdadeira fonte de inspiração e que incorpora com muito orgulho tudo de melhor que o feminismo tem a oferecer.

Ao meu Professor do coração, Dr. Pedro Soares, por ser uma pessoa maravilhosa. Nunca pare de motivar seus alunos, pois o senhor faz isso todos os dias!

À minha querida amiga Evelyne e ao meu querido amigo Jerfferson, que me ensinaram mais do que saberão.

À Victor Anunciação, que me ajudou como ninguém jamais o fará no que tange a ABNT. Agradecer é pouco pela sua ajuda. Tamo junto!

À todas as mulheres que trabalham (seja dentro ou fora de casa), por serem um motivo de orgulho para o movimento feminista.

Às feministas, que lutam por um mundo melhor e, conseqüentemente, igualitário.

Finalmente, ao meu baby love, Thiago. Palavras não fazem jus ao que sinto. Amor, gratidão, felicidade. Você é a minha casa. E lhe agradeço também por não ser feminista e, exatamente por isso, me dar ainda mais incentivo em continuar nesse caminho.

Meu muito obrigada à todas e à todos.

Sumário

1	Introdução	8
2	Referencial Teórico.....	11
2.1	Teoria Feminista das Relações Internacionais.....	11
3	A Questão do Feminismo	17
3.1	A invisibilidade das mulheres	17
3.2	O feminismo	20
4	O Caso Norte-Americano	24
4.1	O trabalho da mulher americana durante a Segunda Guerra Mundial	24
4.2	Divisão do trabalho entre homens e mulheres.....	30
4.3	<i>The American Way of Life</i>	33
4.4	<i>Rosie, the Riveter</i>	36
5	Considerações Finais	41
	Referências Bibliográficas.....	46
	Anexo - Figuras	51

1 Introdução

A Segunda grande Guerra Mundial foi um conflito armado e militar que ocorreu de 1939 à 1945, iniciando-se com a invasão da Alemanha Nazista à Polônia e encerrando-se com a vitória dos Aliados.¹ Guerra essa que tomou proporções mundiais, com a participação de – aproximadamente – 30 países, de 4 dos 5 continentes mundiais. É importante ressaltar que esta foi a primeira guerra com o uso massivo de armas nucleares e bombas atômicas.²

A partir do momento em que homens civis, ou seja, participantes ativos do mercado de trabalho e da mão de obra industrial, vão para a guerra – o quantitativo apurado é de que, aproximadamente, 12 milhões de americanos participaram da Segunda Guerra -, outro grupo deverá ocupar sua posição de trabalhador assalariado: as mulheres. Com sua participação efetiva nas grandes esferas de trabalho, consideradas masculina e apenas permitidas para homens³, percebe-se essa movimentação feminina em postos de trabalho como de grande significância para a posição da mulher como ser produtor, ao invés de reprodutor.

A cultura da dominação masculina – presente tanto no Ocidente como no Oriente – parte do modelo patriarcal, no qual o homem é produtor, enquanto a mulher é reprodutora. O homem trabalha, tem uma vida social, participa ativamente das decisões políticas (como no voto), enquanto o feito da mulher é reproduzir e cuidar dos filhos e das filhas. As mulheres sempre eram tratadas como seres inferiores, que deveriam ser submissas. Exemplo disso seria mencionar a própria divisão social de trabalho, que é muito mais uma divisão sexual de trabalho - onde há trabalhos específicos para homens e para mulheres - do que uma divisão de tarefas propriamente dita (KERGOAT, 2000). Durante a Segunda Guerra Mundial, a ideia de divisão no trabalho entre os gêneros diminuiu (em partes). E, apesar do trabalho da mulher iniciar-se justamente por causa de uma guerra e porque os homens estavam lutando, ou seja, foi um trabalho muito mais por necessidade do que por ideias entorno da libertação da mulher no mercado de trabalho, pretende-se mostrar que o trabalho da mulher na guerra deu a essa categoria uma nova posição política e cultural.

Essas mulheres não apenas tiveram que abrir mão de seus entes queridos que foram para o *front* de batalha (pais, maridos, filhos), os quais, por serem homens, eram o sustento

¹ Países que lutaram contra a Alemanha nazista de Adolf Hitler. Inicialmente, eram eles: Império Britânico, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

² A estimativa de mortos na guerra é entre 50 e 60 milhões de pessoas, entre militares e civis.

³ Os trabalhos eram diversos, desde a mão de obra na agricultura até o trabalho nas indústrias de fabricação de materiais de guerra.

financeiro da casa, mas passaram a ter uma importância extremamente significativa no mercado de trabalho. Pode-se considerar que, nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, todas as esferas de trabalho eram permitidas e consideradas úteis para mulheres: desde a Academia até mulheres dentro da militância americana. Para isso, toda a construção sobre a identidade de gênero precisou ser reformulada, dando à mulher o caráter de capaz e eficiente para atender à demanda de trabalho. Dessa forma, mudanças ocorrem como a abertura para o trabalho de mulheres solteiras, além de melhor e mais educação.⁴ É estimado que, apenas como voluntárias na guerra, quase 350.000 mulheres americanas vestiram o uniforme e participaram de organizações de guerra, tais como em: *Women's Army Corps (WAC)*, *the Navy Women's Reserve (WAVES)*, *the Marine Corps Women's Reserve*, *the Coast Guard Women's Reserve (SPARS)*, *the Women Airforce Service Pilots (WASPS)*, *the Army Nurse Corps*, e *the Navy Nurse Corps*.⁵

Por isso, o trabalho tem como foco mostrar o esforço feminino durante a Segunda Guerra e como esse trabalho foi positivo, tanto para desfazer algumas ideias pré concebidas sobre o gênero feminino, quanto para que novas leis americanas dessem à mulher seu espaço no mercado de trabalho, em sua plenitude.

Em relação ao feminismo, pode ser definido como um movimento político e social universal que defende a igualdade entre os gêneros. Seu objetivo é que as mulheres cada vez mais tenham voz e participação ativa na sociedade. Durante séculos – e até mesmo atualmente – os direitos das mulheres tem sido ignorados e simplesmente não garantidos. Questões como capacidade jurídica, trabalho fora do lar, direito ao voto, e até mesmo direitos inalienáveis⁶ vem sendo negligenciados pela cultura patriarcal.

Na época da Segunda Guerra Mundial, o trabalho da mulher americana toma grandes proporções. As mulheres ocupam postos em inúmeras indústrias que fornecem equipamentos de guerra, no próprio governo americano, como enfermeiras, voluntárias, entre outras funções. A partir do momento em que o trabalho feminino é reconhecido como fundamental – mesmo que temporariamente – para a Guerra e a mesma é ganha, ele passa a ser mais reconhecido do que em qualquer outra época da histórica americana. Dessa forma, a

⁴ Na época, apenas mulheres casadas que possuíam a permissão do marido podiam trabalhar. E ainda assim, esses trabalhos eram bastante limitados.

⁵ Informações retiradas do *The National WWII Museum*. Disponível em: <<http://www.nationalww2museum.org/learn/education/for-students/ww2-history/ww2-by-the-numbers/us-military.html>>. Acesso em 05 jun 2015.

⁶ Direito intransferível que garante a dignidade da pessoa humana.

participação da mulher na sociedade adquire novos significados⁷, que serão discutidos no decorrer do trabalho.

Dessa forma, é de extrema importância discutir academicamente a questão de gênero, que são papéis socialmente criados e, como eles são retratados na cultura. A partir de movimentos como o feminismo, esses papéis que parecem intrínsecos, são discutidos, repensados e, conseqüentemente, reformulados. A ideia do trabalho, portanto, é discutir a importância desse trabalho feminino durante a guerra e sua contribuição para o feminismo.

Contudo, não tem como objetivo discorrer sobre o tipo e a variedade de trabalhos realizados pelas mulheres durante a Segunda Guerra, mas sim explicar a oportunidade que as mulheres tiveram de trabalho e o desenvolvimento que puderam alcançar fora da esfera privada durante esse período.

⁷ No passado, a mulher era vista como exclusivamente reprodutora. Suas funções eram cuidar da casa, das crianças e do marido.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria Feminista das Relações Internacionais⁸

Desenvolvida na segunda metade do século XX, a Teoria Feminista pode ser separada em duas gerações. A primeira possui as seguintes agendas: intuito de desconstruir discursos predominantes, a política como centro de discussão e desafiar as bases de gênero existentes nas RI. Já a segunda, retrata temas como: a importância da vivência das mulheres, a compreensão das propriedades do sistema e os estudos empíricos a partir da categoria de gênero.⁹

A ideia do feminismo nas RI é transformar o movimento em uma forma de discurso. Isso porque, a partir do momento que vira discurso, torna-se uma forma de prática, ou seja, molda a realidade (REIS, 2007). O debate nesta Teoria encontra-se em questões como: identificar os empecilhos existentes para a participação feminina na política e no cenário internacional, reconhecer a mulher como sujeito ativo e legítimo da esfera pública e privada e identificar outras formas de participação feminina fora da política como, por exemplo, em níveis não institucionalizados (REIS, 2007).

O *approach* feminista é de natureza pós-positivista no lapso temporal do terceiro grande debate das RI. Sendo pós-positivista, a escola feminista [...] tece críticas sobre o método científico das ciências sociais como ferramenta de operacionalidade e previsibilidade lógica. Advogam, portanto, aspectos da teoria normativa como meio de superar as limitações do positivismo clássico, vigente por durante as duas grandes gerações de debates teóricos em RI (CASTRO, 2012, p. 405).

Como visto desde o início deste estudo, a dominação masculina forma um conceito de identidade restrito e, ao mesmo tempo, generalizado. Segundo Cynthia Enloe, (2007) o gênero se refere a significados socialmente construídos (não biologicamente produzidos) onde ambos, homens e mulheres, devem se identificar com masculinidade e feminilidade. Gênero,

⁸ Muito se discute na academia sobre utilizar a palavra feminismo no plural, uma vez que estudiosos(as) da área defendem a ideia de feminismos. Contudo, considerando que academicamente estuda-se a Teoria Feminista, o termo será usado no singular para fins de melhor entendimento sobre o tema.

⁹ Discussão registrada durante minicurso “Feminismos e Relações Internacionais” ministrado na IV Semana Acadêmica de Relações Internacionais – UFPPB, pela Professora Manuella Donato.

portanto, é sempre uma questão de identidade entre o masculino e o feminino e a relação entre eles.

Na metade do século XX, as RI se deparam com alguns paradigmas que precisam ser reestudados e, conseqüentemente, reestruturados dentro de seu escopo científico. Um deles é a questão da mulher como participante – ativa – da sociedade. As Relações Internacionais, dessa forma, precisam reinventar alguns conceitos que, antes predominantemente masculinos e patriarcais, possa inserir a mulher nos seus estudos. Para Mariana de Oliveira Barros, em seu artigo “Contribuições Feministas para as Relações Internacionais”, foi após o cenário da Guerra Fria e um mundo ideologicamente dividido onde “questões como cultura, identidade e nacionalismo tornam-se ordem do dia das análises dos teóricos da disciplina de Relações Internacionais” (BARROS, 2007, p. 169).

Por ser um movimento social de mulheres e para mulheres, o feminismo acaba tornando-se um movimento político, onde questões como voto, participação feminina no mercado de trabalho e liberdade de expressão – para mencionar alguns - tomam novos rumos para o gênero que antes era apenas visto como inferior.¹⁰ Com essas conquistas feministas no cenário internacional, as políticas se tornam cada vez menos masculinizantes (ou pelo menos, luta-se por esse objetivo). Isso significa dizer que a participação de um gênero que antes não era considerado na política internacional, agora deve ser levado em consideração e estudado de tal forma que novas teorias devam ser desenvolvidas para que temas como direitos humanos, segurança, poder e soberania possam adquirir novos significados. Afinal, uma teoria puramente masculina em relação a qualquer questão será completamente distinta de uma teoria construída por ambos os sexos. Tudo isso afeta diretamente as tomadas de decisão em RI. Dessa forma, o feminismo como teoria das RI é essencial para provar como as várias formas de poder público e privado são usados para legitimar, controlar e perpetuar essas desigualdades de gênero. Nas palavras de Enloe, “se não nos interessarmos seriamente pelas condições de vida das mulheres, estamos susceptíveis a analisar a dinâmica internacional de poder na melhor das hipóteses, incompleta, e na pior das hipóteses, com defeito”. (ENLOE, 2005, p. 102).

Autoras como Cynthia Enloe e J. Ann Tickner (1992) conseguem fazer uma ligação direta entre feminismo e a ciência política. Enloe acredita que o feminismo coloca as mulheres – e suas questões – como centro das discussões internacionais. Para Tickner, “hierarquias de gênero têm contribuído para a perpetuação de inseguranças globais”.

¹⁰ Ideia da mulher apenas como reprodutora e cuidadora do lar. Para muitos, o trabalho doméstico é considerado inferior ao trabalho masculino, que seria fora da casa, no mercado de trabalho, recebendo um salário.

(TICKNER, 1992, p. 2). Em seu livro “*Gender in International Relations*”, Tickner explica que mesmo na esfera pública, como no congresso, as mulheres geralmente são levadas a trabalhar em áreas que seriam consideradas de sua *expertise*, como educação. “Força, poder, autonomia, independência e racionalidade são características tipicamente associados ao homem e à masculinidade e que são valiosas para nós, a quem confiamos nossa política externa e defesa do interesse nacional”. (TICKNER, 1992, p. 02).

Por serem consideradas frágeis e sensíveis em comparação ao homem, as mulheres, então, passam menos confiança no que tange questões como guerras, política externa, defesa nacional, entre outros. Isso porque a força está no Chefe de Estado, e este, em sua grande maioria, é homem. Dessa forma, a figura de força que permanece no imaginário coletivo remete, quase exclusivamente, ao gênero masculino.

A Teoria Feminista das Relações Internacionais coloca a mulher e os problemas de gênero como protagonista do sistema internacional.

O principal objetivo das feministas passa a ser pontuar as práticas disciplinadoras da produção de conhecimento na área, uma vez que, para as representantes dessas correntes, a produção científica na área de Relações Internacionais está envolta por idéias de gênero, ou, num tratamento dado por elas, é um “*gendered knowledge*” disciplinado por uma epistemologia androcêntrica de produção de conhecimento. (BARROS, 2007, p. 173).

Em seu trabalho de conclusão de curso intitulado “O feminismo e sua contribuição para as relações internacionais” Melissa Masoni afirma que “o fato de mulheres começarem a exercer posições de poder dentro das sociedades ocidentais ou não, é um reflexo de mudanças sociais e políticas alcançadas através desses movimentos¹¹, ao longo dos séculos” (MASONI, 2013, p. 15).

No livro “Teoria das Relações Internacionais”, do Professor Thales Castro, encontramos a seguinte afirmação: “as alternativas [...] dos enfoques feministas envolvem repensar o olhar hegemônico-dominante masculino em termos cruciais para a política internacional, tais como: poder, segurança, binômio, guerra-paz, estabilidade e soberania estatal” (CASTRO, 2012, p. 404). Isso quer dizer que o “olhar feminista” tentar reformular a cultura patriarcal, inclusive nas RI.

Apesar da globalização se mostrar um movimento positivo para aumentar o conhecimento do discurso feminista no globo, temos que levar em consideração que não

¹¹ Movimento feminista em prol dos direitos das mulheres e sua participação nas tomadas de decisão na política internacional.

existe leis internacionais específicas que regule as relações de gênero. Cabe ao Estado, enquanto categoria normativa, criar leis para diminuir as desigualdades. Para Masoni, “a ação global [...] não pode substituir as políticas e instituições nacionais igualitárias e eficientes, mas pode aumentar a abrangência e o impacto das políticas nacionais” (MASONI, 2013, p. 35).

Em seu artigo *“Rugged Arms and Rosy Cheeks: The Working Women of World War II”*, Debra Bellamy utiliza as ideias de Foucault para explicar como a propaganda se torna uma ideologia. Segundo Foucault, *“power is exercised by mechanisms that reach beyond the state government and its official apparatuses, through a variety of techniques that are employed on all levels of society, both locally and nationally, explicitly and implicitly”* (FOUCAULT, 1978, p. 89 apud BELLAMY, 2011, p. 2) Isso porque *“power relations cannot be separated from other relations such as economic relations, relations of knowledge, and sexual relations”* (FOUCAULT, 1978, p. 89 apud BELLAMY, 2011, p. 2).

Como as relações de poder não são separadas dos outros tipos de relação, como afirmado acima, vemos a prerrogativa da Teoria Feminista em reformular esse poder masculino-dominante, onde a mulher – que têm um papel secundário ao do homem, tanto no âmbito local quanto no global – passem a ser protagonistas junto ao homens no cenário internacional e nas tomadas de decisão.

Magazines, newspaper, movies and posters engage people in their everyday lives and activities, on the streets and in their homes, thus subversively creating discourses at the local level which proliferated throughout communities until this strategy took on national significance, creating the particular ideology necessary to instigate government policies (...) what we see happening here is the state appropriation of a particular technology of power, long employed by the advertising industries as a technique of mass persuasion, now operating in and through these institutions no longer to sell goods, but rather, to sell ideas (BELLAMY, 2011, p. 7).

Uma vez que a noção de papel de gênero têm ligação com a política e com a economia, as pessoas temem que uma ruptura desses papéis acarrete em uma ruptura na política e na economia também (BELLAMY, 2011). Por isso, a manutenção do *status quo* é tão importante: para manter as relações de poder.

É relevante mencionar neste capítulo, o Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - PNUD¹² que tenta demonstrar a vulnerabilidade da mulher no cenário internacional e seus desafios. Através de números e estatísticas, podemos provar o quanto a mulher sofre tanto

¹² Relatório Anual desenvolvido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). O tema do Relatório em 2014 foi “Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência”. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em 11 nov 2015.

com violências específicas do gênero (tais como o estupro) quanto em questões como participação do mercado de trabalho e afins.

A vulnerabilidade persistente está enraizada num passado histórico de exclusão - as mulheres nas sociedades patriarcais, os negros na África do Sul e nos Estados Unidos, e os Dalits (os intocáveis) na Índia enfrentam situações de discriminação e exclusão decorrentes de práticas culturais e normas sociais ancestrais (PNUD, 2014, p. 19).

Os indivíduos tendem a se sentir mais vulneráveis quando dispõem de poucas opções e/ou mais incertas. As mulheres economicamente independentes tendem a serem menos vulneráveis do que as que dependem de outros para seu sustento (PNUD, 2014). No relatório, algumas políticas para a redução da vulnerabilidade e o reforço da resiliência são apresentadas, como na promoção de capacidades (em relação às mulheres, é a promoção da igualdade de gênero e de grupo) e a proteção de escolhas (em relação à mulher, é o combate à discriminação, mediante a alteração de leis e normas).¹³ O relatório possui um subcapítulo intitulado "Desigualdade de gênero", onde retrata a realidade da mulher:

As mulheres experimentam vários tipos de desvantagens e discriminação no domínio da saúde, educação e emprego [...] Em todo o mundo, o valor do IDH para o gênero feminino é em média 8 por cento mais baixo do que o valor de IDH masculino [...] O índice de Desigualdade de Gênero relativo a 149 países revela até que ponto as realizações nacionais na área da saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho são esboroadas pela desigualdade de gênero [...] A nível mundial, as mulheres estão em desvantagem na representação política nacional [...] Os défices no domínio da educação são igualmente elevados. Em média, 60 por cento das mulheres a partir dos 25 anos de idade concluíram pelo menos algum nível de ensino secundário, comparativamente a 67 por cento dos homens [...] A participação das mulheres no mercado de trabalho também é menor do que a dos homens (51 por cento em comparação com 77 por cento)" (PNUD, 2014, p. 52-53).

No capítulo 3, "Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável", o relatório divide os tipos de vulnerabilidade. Incrivelmente, as mulheres se encaixam em dois deles: na vulnerabilidade estrutural e na vulnerabilidade de grupo e vidas inseguras. No primeiro, "estão enraizadas em contextos sociais [...] barreiras societárias que impedem as pessoas de realizar o seu potencial, mesmo que, noutras circunstâncias, tivessem capacidades semelhantes (é o caso da discriminação e da exclusão das mulheres)" (PNUD, 2014, p. 64); no segundo, "as mulheres e as minorias sexuais, étnicas e religiosas [...] têm mais probabilidade de sentir insegurança pessoal e ameaças de violência, potenciais ou reais" (PNUD, 2014, p. 68).

¹³ Vide figura 8 em anexo.

Ainda neste capítulo, vemos que até na questão da pobreza na velhice, a questão de gênero continua latente.

A pobreza na velhice tem uma forte dimensão de gênero. A expectativa de vida das mulheres é maior do que a dos homens, pelo que as mulheres são passíveis de viver mais tempo em situação de pobreza do que os homens. As mulheres têm maior probabilidade de perder o seu parceiro, e menor probabilidade de voltar a casar. Um nível de educação inferior e a necessidade de conciliar a vida profissional com o cuidado dos filhos significa que é maior entre as mulheres a probabilidade de trabalhar no setor informal (PNUD, 2014, p. 83-84).

Neste mesmo capítulo, encontramos mais uma vez um subcapítulo dedicado ao gênero:¹⁴

Em termos globais, são as mulheres que sofrem a discriminação mais generalizada. Os sistemas jurídicos emanam de tradições culturais ricas e diversificadas, mas em alguns países as leis consuetudinárias e religiosas prevalecem sobre as leis civis que, supostamente, protegem os direitos humanos das mulheres. As leis podem ser explicitamente discriminatórias contra as mulheres em matérias de família, casamento, direitos econômicos e violência [...] as mulheres podem também sofrer discriminação por via de instituições sociais, como o casamento precoce, práticas de herança discriminatórias, cargas mais pesadas em termos de trabalho não remunerado de assistência a pessoas dependentes, violência contra as mulheres, preferência por filhos e restrições de acesso ao espaço público e aos recursos produtivos [...] verificou-se que, nos 21 países cujas instituições sociais foram consideradas as mais discriminatórias contra as mulheres, a taxa de conclusão do ensino primário era, em média, mais de 15 por cento inferior à da dos outros países em desenvolvimento, e os índices de subnutrição infantil e mortalidade materna eram duas vezes mais elevados (PNUD, 2014, p. 88 -89).

Nesse sentido, o relatório conclui afirmando ser necessário “um esforço global tendente a assegurar que o processo de globalização avance e proteja o desenvolvimento humano - a aplicação de medidas nacionais tornar-se-á mais fácil se existirem compromissos globais e estiver disponível apoio global” (PNUD, 2014, p. 25).

A partir do momento que estudamos e analisamos a trajetória histórica da relação entre homens e mulheres, as disparidades entre ambos são bastante visíveis.¹⁵ A Teoria Feminista tenta reverter essa situação de desigualdades e reformular questões onde a mulher seja incluída.

¹⁴ Vide figura 9 em anexo.

¹⁵ Vide figura 5 em anexo.

3 A Questão do Feminismo

3.1 A invisibilidade das mulheres

Desde o início dos séculos, a história é – e continua sendo - contada a partir do homem, explicando sua vida em sociedade. Afinal, ela foi feita pelos homens e para eles. É extremamente raro contar-se histórias sobre mulheres, e por elas. Como bem analisa Rodrigo Elias, “as narrativas sobre os mais graves momentos da história estão repletos de protagonistas masculinos, supostamente os únicos dignos de figurar nos lugares mais visíveis da vida pública” (ELIAS, 2015, p. 2). Isso porque a vida histórica da sociedade retrata, em sua maioria, homens livres e brancos. A mulher deveria participar da esfera privada da vida, cuidando de sua casa e família. Isso explica perfeitamente a perpetuação da cultura patriarcal na qual vivemos.

Segundo a feminista e pós estruturalista Joan Scott, os historiadores têm tentado mudar a visão do modo como a história é contada. Pessoas que são omitidas ou negligenciadas de seus próprios feitos. Scott identifica que se “produziu uma riqueza de novas evidências anteriormente ignoradas sobre essas pessoas, chamou a atenção para dimensões da atividade e da vida humanas normalmente consideradas indignas de menção para serem criadas nas histórias convencionais” (SCOTT, 1998). A partir do momento em que nossa própria história é recontada ou pelo menos contada a partir de um novo objeto, as construções hegemônicas do mundo social são reformuladas; ou, pelo menos, deveriam ser. Para Scott, a história deve ser vista de uma maneira mais ampla, como “uma correção do que foi negligenciado como resultado de uma visão incorreta ou incompleta”, principalmente no que se refere a sexo e gênero, homens e mulheres. (SCOTT, 1998).

naturalizou-se a ideia de que para as mulheres é reservado o mundo privado [...] era um sujeito anônimo, ávida dos pequenos detalhes da vida cotidiana, direcionando seu olhar subjetivo para o mundo obscuro e silencioso dos discursos hegemônico (TEIXEIRA, 2015, p. 4).

Foucault (1979) trabalha a ideia de que as relações de poder estão vinculadas a relações de força, de hierarquia na pirâmide das relações sociais. Ele nomeia como uma

“guerra silenciosa”, na qual, por exemplo, instituições perpetuam essas desigualdades. Scott (1998) segue a mesma linha de pensamento do filósofo, pois acredita que não há separação entre saber e poder e, mais especificamente, o gênero também está dentro dessas relações hierárquicas. Para ela, a cultura e a sociedade hierarquizam a questão de gênero para que se mantenha uma visão retrógrada sobre homens e mulheres.

As relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável [...] se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra e neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente essas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra. (FOUCAULT, 1979, p. 99).

Grupos minoritários (sejam mulheres, gays e/ou afrodescendentes) que não são vistos nem considerados na hora de se contar a história, como se fossem grupos invisíveis, que não fizeram diferença no processo de desenvolvimento daquela sociedade naquela época. Elizabeth Jelin, por exemplo, afirma que quando esses grupos “oprimidos, silenciados e discriminados” possuem a referência de um passado comum, eles conseguem construir “sentimentos de autoestima e maior confiança em si mesmo(a) ou no grupo” (JELIN, 2015, p. 4).¹⁶

Voltando à ideia da falta de dados históricos sobre as mulheres durante guerras, a Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro Oeste, Nírcia Cecília Ribas Borges Teixeira, continua a ideia de Jelin afirmando que

conflitos são partes integrantes da história da humanidade com diferentes formatos e contornos, são essenciais no processo evolutivo. Muito desses conflitos, ao serem registrados, não mencionam a participação feminina. Mesma marcada pela opressão e submissão, ela sempre existiu, na forma de movimentos de resistência e na incessante busca por espaços de atuação. (TEIXEIRA, 2015, p. 4).

Completando sua ideia, Teixeira vai ainda mais afundo falando que as mulheres são

sujeitos ativos, situados em contextos históricos concretos, com diferenças de etnia, de classe, de concepções de si e do mundo. Mulheres membros de famílias, trabalhadoras, em organizações ou movimentos que alicerçam uma história a partir de suas experiências e pelo viés coletivo. (TEIXEIRA, 2015, p. 4).

¹⁶ JELIN, Elizabeth. **MULHERES EM CONFLITOS**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, v. 117, jun. 2015. Anual.

Continuando a visão de Jelin e Teixeira, Agnes Alencar afirma que:

durante muito tempo houve silêncio sobre a participação nos eventos históricos de diversos grupos sociais considerados minoritários [...] desde a segunda metade do século XX os historiadores têm buscado nos documentos os ecos de vozes esquecidas. As mulheres são parte deste grupo de sujeitos por tanto tempo ignorado [...] em diversos momentos da história [...] mulheres tiveram participação significativa em conflitos diversos. Em situações de guerra – tradicionalmente vistas como eventos masculinos – as mulheres não desaparecem [...] a participação feminina em tempos de confronto e violência é tão variada quanto se possa imaginar. Elas defendem seus interesses e se engajam na luta, agem e reagem quando ameaçadas, são coadjuvantes ou protagonistas, vítimas ou cúmplices, conscientes de opções extremas ou arrastadas pelas contingências. Podem ser tudo, menos ausentes. Não merecem, portanto, ficar invisíveis. A história também lhes pertence (ALENCAR, 2015, p. 11).

Voltando à Scott, o artigo de Tatiana Lima Siqueira, com o título “Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero” (2008) explica com mais detalhes as ideias da Professora, onde o conhecimento histórico é um instrumento que faz parte da produção do saber. E, claro, esse conhecimento histórico pode ser relativo. Em relação ao trabalho, Scott critica “aqueles que escreveram sobre a história do trabalho ignoraram evidências a respeito das mulheres, ou seja, não explicava a ausência de atenção às mulheres no passado e assim esse tipo de abordagem não alterava as definições estabelecidas dessas categorias (SCOTT, 1994 *apud* SIQUEIRA, 2008, p. 114).

Scott afirma ainda que a história das mulheres tem uma força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, principalmente, porque este tipo de história questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à “história da mulher” e desafia a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto desta ciência – o Homem Universal. Sua força ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento de mulheres da década de 1970 [...] Portanto, é na busca em aprofundar discussões e analisar de modo mais rigoroso o processo de como se dá e porque se reproduz a invisibilidade da mulher no processo de produção do conhecimento histórico, que surge o conceito de “gênero como categoria útil de análise” [...] Scott defende uma visão mais ampla de gênero, que inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho que é sexualmente segregado, a educação enquanto instituições socialmente masculinas e ainda o sistema político. [...] Por essa perspectiva gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder. (SCOTT, 1994 *apud* SIQUEIRA, 2008, p. 114).

É por isso que o trabalho da mulher americana durante a Segunda Guerra Mundial não tem a visibilidade nem o devido reconhecimento. Discorrendo especificamente sobre o tema deste trabalho, a cultura patriarcal insiste em excluir as mulheres – e outros grupos minoritários – de sua história. Principalmente, se esta história é bem sucedida.

Como bem explica Cristina Peixoto Batista (2015), apesar das mulheres sempre terem um papel significativamente inferior aos dos homens na narrativa histórica, elas se tornam protagonistas de uma sociedade em crise, já que os homens haviam ido à Guerra. De acordo com o artigo *American Women in World War II: On the Home Front and Beyond*¹⁷, as mulheres usadas no momento da crise não decepcionaram, mas ao final da Guerra, voltaram as suas ocupações primárias, provando que os EUA ainda não estavam preparados para ou não aceitavam de fato a igualdade social.

3.2 O feminismo

O feminismo é uma abordagem crítica à teoria social, onde se tenta explicar o mundo a partir das relações de gênero e como elas se completam e coabitam. Amplamente baseado no lema da Revolução Francesa¹⁸, caracteriza-se pela luta em prol da igualdade dos gêneros. Para que haja reconhecimento feminino tanto na esfera pública quanto na privada. Tendo sido considerada sempre como inferior desde relatos remotos da história, o papel da mulher é o de coadjuvante se comparado com o do homem. Então, o intuito é questionar as desigualdades entre os gêneros, tentar reconstruir essa questão e desnaturalizar opressões. Como já visto no capítulo anterior, o feminismo define o gênero como construção, ou seja, como algo transversal e não biológico.

O movimento feminista possui 3 fases¹⁹: a primeira, que vai do final do século XIX ao início do século XX, têm-se as conhecidas sufragistas²⁰ que lutaram por questões como direito ao trabalho, ao voto e a herança. Sua luta foi, de forma geral, por direitos iguais aos dos homens. Duas observações durante essa época são importante: o foco dessa primeira onda na educação das mulheres já que a grande maioria não tinha acesso (principalmente, a uma

¹⁷ Artigo retirado do *The National WWII Museum*. Disponível em: < <http://www.nationalww2museum.org/learn/education/for-students/ww2-history/at-a-glance/women-in-ww2.pdf> >. Acesso em 10 ago 2015.

¹⁸ Ressalta-se que apenas o lema da Revolução Francesa foi usado como pilares para as ideias feministas. A Revolução, em si, não era uma questão de gênero, mas uma luta entre classes e seu lema era Igualdade, liberdade e fraternidade.

¹⁹ É importante ressaltar que este trabalho é baseado no feminismo conhecido nos livros, onde a maioria das feministas – pelo menos na primeira fase, na qual a concentração do movimento era na sociedade liberal europeia - eram mulheres brancas e de classe média. Contudo, sabe-se que mulheres de outras etnias e classes sociais também lutaram pelos direitos das mulheres.

²⁰ Mulheres do século XIX que lutaram pelo direito do voto. Em 1893 a Nova Zelândia se tornou o primeiro país a assegurar o voto feminino.

educação superior) e as obras em relação a esse tema. Menciona-se aqui como referência para a época, o livro de Mary Wollstonecraft, *A vindication of the rights of women: with Strictures on Political and Moral Subjects* de 1792, que defende a educação para as mulheres. Segundo Melissa Masoni (2013), em 1785, é criada, na Holanda, a 1ª sociedade científica para mulheres e também, a declaração de Olympe de Gouges, em 1791, *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, onde os direitos civis da mulher deveriam ser iguais aos dos homens. Stuart Mill²¹ também defendeu as mulheres, ao escrever em 1869 seu livro *The Subjection of Women*, onde “o sistema social em que vivia era a continuidade da escravatura no que dizia respeito aos direitos da mulher” (MASONI, 2013). É de extrema importância também destacar o trabalho da escritora, filósofa e feminista Simone de Beauvoir com seu livro *Le Deuxième Sexe*, de 1943, e seu escrito mais célebre: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

A segunda onda ocorreu entre nos anos 1960 e 1970 e sua luta foi a pelo fim da discriminação entre os sexos. Então, questões como liberdade sexual e divisão sexual do trabalho eram temas recorrentes.²² Nessa época, as mulheres, que ainda sentiam pesadamente a discriminação de gênero, lutaram pelas garantias de seus direitos e suas liberdades individuais. Segundo Melissa Masoni, as mulheres são inseridas “no contexto da democracia representativa” (MASONI, 2013, p. 18). Menciona-se aqui como referência para a época, o livro de Betty Friedan, *The feminine mystique*, de 1963, que investiga a cultural patriarcal e consegue estabelecer as desigualdades entre os gêneros.

Esse feminismo contemporâneo vai “além da luta central do feminismo moderno, baseado na luta pela igualdade, chegando à perspectiva da superação das relações conflituosas entre os sexos [...] recusando o estigma de inferioridade feminina ou da desigualdade natural” (MASONI, 2013, p. 15).

15 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o movimento feminista surge com força, dando início a uma segunda onda de lutas e reivindicações, mais voltadas para a politização do papel social da mulher e para o combate às estruturas sexistas de poder. Até hoje luta-se por direitos iguais de remuneração e cargos. (MELLO, 2015, p. 3)

²¹ Filósofo e economista britânico (1806-1873).

²² O ano de 1975 foi bastante importante para as mulheres, pois houve a I Conferência Mundial sobre as Mulheres, onde reconheceu-se o direito da mulher à integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional. O ano de 1975 também foi declarado como o Ano Internacional da Mulher. Retirado de: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em 24 out 2015.

Dentro da segunda fase, podemos destacar três movimentos ocidentais feministas, denominados: liberal, social e radical. Entre 1960 e 1970, o movimento feminista liberal é incorporado e novas questões são discutidas, agora no âmbito legal. Destaca-se aqui a importância do Estado como categoria normativa para naturalizar as diferenças e legitimar as desigualdades.²³ Dessa forma, as feministas liberais, lutavam por: criação de delegacias especializadas em violência doméstica, criação de abrigos para vítimas de abuso, creches para filhos de mães trabalhadores, licença maternidade, guarda comum dos filhos em caso de divórcio, entre outros (MASONI, 2013). Por isso, a necessidade da criação de leis para que esses direitos fossem garantidos.

Entre os anos de 1970 e 1980, tem-se a corrente feminista socialista, que desfaz – em partes – as ideias liberais. Não que as socialistas sejam contra as liberais, mas elas acreditam e defendem a ideia de que “várias mulheres” no contexto social são excluídas por políticas generalizantes. Por exemplo, mulheres afro-americanas e de classe média baixa que, certamente, não possuem as mesmas pautas de problemas que mulheres brancas americanas de classe média alta. Por isso, o feminismo socialista tenta incluir também as classes sociais do gênero para que as leis não generalizem as condições das mulheres como única. É interessante nessa corrente o fato de confrontarem “tanto a dominação patriarcal quanto a dominação de classes” (MASONI, 2013, p. 21) e as diferenças entre as próprias mulheres. Isso apenas prova que, independente do gênero, o poder está interligado nas tomadas de decisão. Essa corrente questiona a ordem social, trazendo a ideia de que “a divisão sexual do trabalho está diretamente ligada à manutenção do capitalismo, que está diretamente ligada à subordinação da mulher” (MASONI, 2013, p. 21). Ambas correntes defendem o Estado como principal ator das Relações Internacionais.

Já a corrente feminista radical, dos anos 1980, não acredita nem que o Estado seja neutro, nem que ele seja a parte mais importante do sistema internacional. Acredita-se que o Estado seja um “sistema fracassado de poder” (MASONI, 2013, p. 21) e “propõe uma inversão de valores em todos os níveis sociais [...] a fim de compor uma releitura das sociedades patriarcais, ou ainda, a redefinição da realidade através do olhar feminista” (MASONI, 2013, p. 22).

A última e terceira fase do feminismo ocorreu entre os anos de 1980 até a atualidade, onde feministas de outras etnias começam a ter mais espaço de atuação e reconhecimento

²³ Se não há legislação e/ou políticos e/ou políticas públicas que defendam os direitos da mulher, dificulta sua proteção. E mesmo quando há uma legislação que as protege, deve também haver o acompanhamento interno de órgãos responsáveis e habilitados para que esses direitos sejam atendidos em sua totalidade.

dentro do movimento. A terceira fase traz problemáticas muito mais sociais de integração de mulheres na pauta internacional. Feministas negras e lésbicas são reconhecidas, há o combate à desigualdade no reconhecimento da diferença e a terceira fase caracteriza-se exatamente por isso: por ser o feminismo da diferença. Essa fase também é caracterizado por colocar em pauta questões, como diz Masoni, “fora do mundo ocidental” e tratar de “outros tipo de mulheres”²⁴, principalmente àquelas que sofrem violência por questões religiosas e culturais.²⁵

Por isso, a partir do momento que a mulher americana entendeu a importância do seu trabalho para se ganhar a Segunda Guerra (e que seus esforços não foram em vão), uma nova ideia é criada e passa a fazer parte do imaginário social: emancipação. Esse trabalho é focado na ideia da emancipação feminina após a Segunda Guerra Mundial, mas isso não significa que foi apenas após essa época que as mulheres lutaram pelos seus direitos. Desde a metade do século XIX, muitas organizações foram criadas para o sufrágio feminino. Havia o *Women's Loyal National League*, *American Woman Suffrage Association*, *National Woman Suffrage Association*, todas criadas no final do século XIX para que as mulheres americanas pudessem ter o direito constitucional de votar. Em 1916, por exemplo, foi criado a *National Woman's Party*, exatamente para este propósito.

²⁴ No sentido de mulheres não ocidentais.

²⁵ Exemplo de mulheres não ocidentais que sofrem com problemas, tais como: mutilação da genitália, casamento forçado, estupro em tempos de guerra, entre outros problemas sociais que, em sua grande maioria, afeta exclusivamente o gênero feminino.

4 O Caso Norte-Americano

4.1 O trabalho da mulher americana durante a Segunda Guerra Mundial

Durante a Guerra, a mulher americana teve a oportunidade de trabalhar nos mais diversos segmentos. Fosse em indústrias de bombas, alimentos, fabricação de armas, aviamentos, com educação, no governo, como voluntárias no exército, entre outros. O salário desses “trabalhos de guerra” eram até 40% maiores do que os salários em empregos “femininos”, onde inúmeras mulheres já exerciam: professoras, secretárias, datilógrafas, domésticas, etc. Por isso, durante a Guerra, o quantitativo de mulheres que deixaram seus empregos formais por “trabalhos de guerra” foi enorme.

O número de mulheres empregadas em 1940 era de 14 milhões, e em 1945 já estava em 19 milhões, ou seja, as mulheres subiram 10% em participação no mercado de trabalho em apenas 5 anos (BELLAMY, 2011). É verdade que, após a Guerra, o número de mulheres nesses ofícios diminuiu significativamente, tanto porque a demanda para esse tipo de trabalho já não era mais necessária quanto porque os homens voltaram para seus postos. Contudo, segundo o *Women's Bureau of the Department of Labor*, após essa queda no trabalho feminino, ele subiu novamente.²⁶

Entende-se que 90% das mulheres queriam continuar trabalhando mesmo após o fim da Guerra. Mais de quatro quintos das mulheres que já trabalhavam antes de Pearl Harbor²⁷ e durante a Guerra, queriam manter seus empregos no pós Guerra. 86% das mulheres queriam manter seus empregos no mesmo departamento que estavam, não querendo migrar para os “empregos femininos”. 84% dessas mulheres queriam continuar com seus empregos pela questão da necessidade financeira, principalmente, aquelas que faziam parte de minorias raciais, étnicas ou de classe. Apenas 8% afirmaram que gostariam de manter seus trabalhos porque gostavam de ganhar seu próprio dinheiro e porque gostavam do que faziam.²⁸

²⁶ Nos “trabalhos femininos”.

²⁷ Ataque à base norte americana chamada Pearl Harbor pela Marinha Japonesa em 1941. As mulheres já trabalhavam antes de episódio, mas não podiam servir no exército em trabalhos que não fosse de enfermagem (HOESLEY, 2013, p. 2).

²⁸ Os três últimos parágrafos foram retirados de dados do *Department of Labor, Women's Bureau, Women Workers in Tem War Production Area and Their Postwar Employment Plans, Bulletin 209, 1946* apud

Em seu artigo “*Women in World War II*”, a Professora Kristine McCusker divide o trabalho da mulher americana em três tipos: o primeiro, no trabalho militar, com algum tipo de auxílio à Guerra;²⁹ o segundo eram as mulheres fazendeiras e donas de casa, que – apesar de ser um trabalho mais recluso – ainda sim realizavam uma atividade patriótica e muito da comida que essas mulheres produziam serviram para os homens durante a batalha ou, como no caso das fazendeiras, as comidas enlatadas iam para o *front* e suas plantações se tornavam autosuficientes; e o terceiro tipo de trabalho exercido era nas indústrias. Então, qualquer tipo de produção necessária – fosse bombas, aviões, comida – para o ganho da Guerra, as mulheres exerciam.

Em seu trabalho de Mestrado, Natania Nogueira explica perfeitamente a inserção do trabalho feminino durante a Guerra

A Segunda Guerra Mundial foi um confronto de homens e mulheres. Nunca antes em toda a história tantas mulheres, em diferentes países, foram chamadas a contribuir com um esforço de guerra como entre os anos de 1939 e 1945. Elas ocuparam cargos que antes eram considerados masculinos, como engenheiras, supervisoras de produção e motoristas de caminhão, por exemplo, e também se alistaram nas forças armadas. A entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, seja para suprir o vazio deixado pelos homens que estão no front de batalha, seja para preencher uma demanda surgida com a eclosão da guerra, irá causar um grande impacto social, durante e depois do conflito (NOGUEIRA, 2015, p. 86).

Como já mencionado no capítulo 2, sobre a invisibilidade das mulheres, Nogueira continua:

É notável o esforço para se passar a ideia de que o trabalho feminino é uma novidade. O fato é que elas sempre trabalharam, apenas não eram valorizadas, estavam invisíveis. Ou seu trabalho era considerado uma extensão do doméstico, ou ainda um dom que poderia ser apropriado pelo patriarca da família, ou um complemento e, portanto, extensão do trabalho do ‘homem da casa’ (NOGUEIRA, 2015, p. 87).

E, como já mencionado anteriormente, o trabalho da mulher durante a Guerra deveria ser temporário. “*After the war they got a clear message: go back to the kitchen*”.³⁰

America's Working Women, ed. Rosalyn Baxandall et al. Nova York, 1976. Disponível em: <<http://historymatters.gmu.edu/d/7027/>>. Acesso em 10 jun 2015.

²⁹ Ainda será mencionado no texto as Organizações criadas para que as mulheres pudessem participar como voluntárias no exército americano.

³⁰ BATES, Kathy (Nar). Citação retirada do documentário AMERICAN Experience: Tupperware. Direção de Laurie Kahn. Massachusetts: Pbs, 2004. (63 min.), son., color. Legendado. Série American Experience. Disponível em: <<https://torrentz.eu/search?q=american+experience+tupperware>>. Acesso em 01 ago 2015.

O padrão de família da classe média, que tem a esposa que se ocupa dos trabalhos domésticos e dos filhos, enquanto o marido provedor passa o dia trabalhando, era uma representação idealizada da sociedade norte-americana. Em boa parte das famílias, especialmente as de baixa renda, as meninas trabalhavam desde cedo, em várias atividades. O que a guerra irá fazer é trazer à luz e valorizar essa mão de obra e, em alguns casos, possibilitar a muitas mulheres driblar preconceitos de classe, adquirir conhecimentos técnicos e conquistar independência econômica (NOGUEIRA, 2015, p. 87).

Foi um momento significativo para as mulheres: elas estavam em toda a parte. No setor público, no privado, como enfermeiras, secretárias, professoras, cozinheiras, datilógrafas, operadoras de rádio, pilotas, técnicas de laboratório, motoristas, entre outras funções.

A participação das mulheres nas forças armadas merece destaque. Antes de os Estados Unidos entrarem na Segunda Guerra Mundial, várias empresas já tinham contratos com o governo para a produção de equipamentos de guerra para os aliados. Com a entrada do país no conflito, a produção aumentou, fábricas de automóveis foram adaptadas para a construção de aviões, houve ampliação de estaleiros e novas fábricas foram abertas. A demanda por trabalhadores ultrapassou as expectativas dos empresários e do próprio governo. Eventualmente, foi necessário apelar para o trabalho feminino a fim de cumprir com os contratos assinados com o governo (SORENSEN, Aja apud NOGUEIRA, 2015, p. 87).

Aproximadamente 350 mil mulheres americanas serviram diretamente ao exército como voluntárias. Elas fizeram partes de inúmeras organizações do Governo, tais como: *Women's Army Auxiliary Corps (WAACS)*, *Navy Women's Reserve (WAVES)*, *Marine Corps Women's Reserve*, *Coast Guard Women's Reserve (SPARS)*, *Women Airforce Service Pilots (WASPS)*, *Army Nurses Corps* e o *Navy Nurse Corps*. “General Eisenhower felt that he could not win the war without the aid of the women in uniform”.³¹

Como exemplo para descrever forma na qual a mulher era vista na época, na Alemanha Nazista é criado o programa *Lebensborn*, em que as mulheres tinham um papel especial de reprodutoras - em grande escala - da raça ariana. Seus objetivos era a reprodução sistematizada e a diminuição de abortos. O programa foi criado por Heinrich Himmler, comandante militar da SS, organização nazista com grande influência durante o Terceiro Reich. Tanto que, após a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho americano,

³¹ *The National WWII Museum*, Los Angeles. Disponível em: <<http://www.nationalww2museum.org/learn/education/for-students/ww2-history/at-a-glance/women-in-ww2.pdf>>. Acesso em 10 ago 2015.

Hitler ridicularizou os americanos, afirmando que as mulheres deveriam ser boas esposas, donas de casa, e terem mais bebês para o Third Reich.³²

Ainda no artigo de McCusker (s/d), ela explica que a maior facilidade em recrutar as mulheres durante a Segunda Guerra Mundial deu-se por dois motivos principais: primeiramente, porque os EUA lutou à Guerra em dois *fronts* de batalha – contra o Japão e contra os Nazistas – o que significa que a quantidade de homens na Guerra foi muito mais significativa e poucos países tinham a capacidade de enviar armamentos e comidas de acordo com a demanda da Guerra; segundo, porque durante a Primeira Guerra Mundial, não havia um linha de comunicação direta entre as mulheres americanas e o Governo. Isso porque as mulheres só conseguiram o direito do voto nos EUA nos anos 20, fazendo com que durante a Segunda Guerra, já houvesse uma maior (e melhor) ideia da mulher na política.

Cada vez mais as mulheres queriam parecer com os homens tanto na vida social, como na vida profissional. Era uma reação à falta do homem na sociedade, já que na sua ausência, as mulheres assumiram os postos de trabalho fora de casa, aprendendo assim as funções do mercado de trabalho [...] essa busca recebeu uma grande ajuda do movimento sufragista (BATISTA, s/d, p. 3).

Nogueira explica alguns dados sobre o trabalho das mulheres tanto antes da Guerra quanto depois afirmando que

Quando os Estados Unidos entraram na guerra, havia 11,3 milhões de mulheres trabalhando. Esse número representava um terço da força de trabalho nacional. Ao final da guerra, eram 18 milhões. Dessas, 4 milhões trabalhavam em fábricas de armamentos. Quando o número de mulheres solteiras não foi suficiente para suprir a demanda, as mulheres casadas foram atraídas para trabalhar (NOGUEIRA, 2015, p. 87).

O pensamento da época era fazer com que as mulheres realizassem “trabalhos masculinos”, mas sem deixar de lado as ideias pré estabelecidas de gênero. Por isso o controle da mídia e do Governo eram tão latentes nessa questão. Até porque o propósito do trabalho feminino sempre foi temporário. O *status quo* do gênero não poderia ser abalado. O discurso nunca foi de que a mulher era igual ao homem, mas que seu trabalho como gênero feminino, era servir ao homem, ou seja, se o homem agora precisava que a mulher trabalhasse fora de casa, era isso que seria feito. Não porque ela era capaz, mas porque era isso que o homem precisava que ela fizesse naquele momento (BELLAMY, 2011).

³² *The National WWII Museum*. Disponível em: <<http://www.nationalww2museum.org/learn/education/for-students/www2-history/at-a-glance/women-in-ww2.pdf>>. Acesso em 10 ago 2015.

Segundo Bellamy (2011) “*since an individual’s identity is intimately linked with their sexuality, factory work had to be represented as something that could be integrated into the traditional feminine sexual identity*”. Nesse sentido, muitas propagandas de indústrias que recrutavam as mulheres, tentavam fazer uma ligação entre o trabalho da Guerra e o trabalho doméstico, como dizer que o trabalho em uma fábrica era o mesmo que o trabalho em uma máquina de costura. Segundo Hoesley (2013), mais de 200 mil mulheres participaram na Cruz Vermelha como enfermeiras voluntárias. Destas, 70 mil serviram no exército e na marinha como enfermeiras. Em 1944, as mulheres já ocupavam um terço dos empregos públicos que antes eram reservados aos homens. Dessa forma, “a maioria das mulheres que trabalhavam durante a Guerra, eram trabalhadores de classe média, solteiras ou mães solteiras e mulheres que eram minorias que trabalhavam não pelo *patriotic duty*, mas por pura necessidade” (DABAKIS, 1993, p. 186 apud BELLAMY, 2011, p. 16). Apenas aproximadamente um terço das mulheres que trabalhavam fora de casa durante esse período eram donas de casa antes da Guerra. Os outros dois terços já trabalhavam antes desse período. (HONEY, 1984, p. 19 apud BELLAMY, 2011, p. 15).

Para Bellamy (2011), apesar da propaganda da mídia em dizer que a Guerra trouxe igualdade e liberdade para as mulheres, isso não era verdade. Na prática, o trabalho das mulheres era geralmente inferior aos dos homens e, mesmo quando uma mulher estava num cargo de superioridade e liderança, ela continuava a ser excluída das políticas de decisão que os homens participavam. Independente da circunstância, a segregação sexual do trabalho e a estrutura hierárquica continuaram, com o agravante de que os homens que trabalhavam ainda ganhavam mais do que as mulheres. Para Hoesley, “*the role of women in modern America economy changes with each decade as each new generation redefines what it means to be a female in the workforce*” (HOESLEY, 2013, p. 7).

Vanessa Lamb (2011) observa como o trabalho da mulher americana durante a Segunda Guerra Mundial impactou seu trabalho nos anos seguintes:

Women were represented in almost every 466 professions listed by the 1955 census, but very few of them had important or leading positions, most of them were doing Jobs that men didn’t want to do or that were qualified as ‘women’s occupations’[...] they continued to earn about a third less than men [...] the kind of Women that worked drastically changed after the war: before it the majority of Women that were a part of the working force were young and single. However, after 1945 the female work force was twice as big and the majority of these Women were housewives [...] if White middle-class Women could have the choice to work or to stay home, black Women worked outside the home by extreme necessity. In fact, in 1950 57% of black Women worked outside the house, while White Women doing the same were only 37% (LAMB, Vanessa. 2011, p. 15-16).

Dessa forma, como visto acima, esse trabalho de guerra foi bastante relevante para um gênero que não tinha oportunidades trabalhistas no passado, ou melhor, exerciam trabalhos considerados “invisíveis”.³³ Mesmo que essa atividade tenha sido com um propósito de ganhar a Guerra e que as mulheres voltassem para casa ao final dela, não tira o mérito do mesmo nem a oportunidade criada para o feminismo implantar-se na sociedade americana como movimento de libertação.

³³ Gênero aqui remete-se a uma generalização da mulher americana. Como já visto, mulheres negras e de classes sociais consideradas inferiores já trabalhavam.

4.2 Divisão do trabalho entre homens e mulheres

Antes do período da Guerra, o trabalho feminino era completamente distinto do trabalho masculino. Os homens, considerados produtores, e as mulheres, reprodutoras. Basicamente, o homem trabalhava na esfera pública, produzindo, construindo e recebendo um salário, enquanto a mulher trabalhava na esfera privada, cuidando da casa e de sua família. Na época, a tendência era seguir a “ideologia da dona de casa” (LAMB, 2011, p. 1), onde o casamento era a prova da mais perfeita harmonia na vida de uma mulher. Após a faculdade, que basicamente as ensinavam a como conseguir um marido, as moças deveriam procurar um bom casamento e estarem satisfeitas por terem casado bem.³⁴

O importante para o trabalho em questão não é apenas discorrer sobre o trabalho da mulher americana durante a Segunda Guerra Mundial, mas também fazer uma ligação entre esse trabalho e sua importância para a emancipação feminina nos Estados Unidos da América.

Muitos autores e autoras falam da importância de *Rosie, the Riveter*³⁵ para manter o patriarcado e estimular as mulheres durante a guerra. Contudo, o que não se contava, era que Rosie fosse se tornar uma ideia muito mais profunda e complexa: a de que mulheres podem exercer trabalhos de homens, independente destes estarem ausentes ou não. Essa ideia do trabalho – seja ele braçal ou intelectual – traz à tona essa percepção da própria mulher como trabalhadora fora de sua casa e financeiramente independente.

Em seu artigo *Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo*, a socióloga francesa Danièle Kergoat explica que a divisão sexual do trabalho é uma forma de separação de ocupações entre os sexos. A autora explica que a divisão social do trabalho possui dois princípios organizadores: o de separação e o de hierarquização. Enquanto o primeiro significa que existem trabalhos exercidos por homens e trabalhos exercidos por mulheres; o segundo interpreta a ideia de que esses trabalhos exercidos pelos homens são mais importantes ou valem mais do que o da mulher. Isso porque as características biológicas de cada sexo pré-determina sua ocupação no meio social e trabalhista, legitimando essa diferença e, assim, reduzindo os papéis sociais, para papéis sexuais. (KERGOAT, 2000).

³⁴ Casar bem significava um matrimônio com um homem que tivesse poses ou que, pelo menos, pudessem prover para a família de maneira confortável.

³⁵ Rosie ficou conhecido como o símbolo mais famoso da Guerra de recrutamento para mulheres na época e será melhor explicado no item 3.4.

Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. ‘Vocês são apenas seu sexo’, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doenças. ‘Vocês são a doença do homem’. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência (FOUCAULT, 1979, p. 130).

Trazendo à tona a visão de Joan Scott acerca das relações de gênero e poder, junto com a construção da História, pode-se afirmar que:

Scott defende uma visão mais ampla de gênero, que inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho que é sexualmente segregado, a educação enquanto instituições socialmente masculinas e ainda o sistema político [...] por essa perspectiva gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder (LIMA, 2008, p. 114).

Se observarmos o trabalho doméstico da mulher americana antes do trabalho assalariado, o primeiro não era considerado como tal.³⁶ Por ser mãe, esposa e cuidar da casa, a ocupação exercida no âmbito familiar tornar-se invisível e, apesar de não ser feito para si – no sentido de que é um trabalho para os outros: seus filhos, suas filhas, seu marido – não há nenhum tipo de reconhecido por ele ou remuneração.

Dessa forma, a legitimidade de trabalhar fora da casa é, geralmente, relacionada ao papel do homem, que ganha um salário e possui possibilidade de ascensão profissional. Vale ressaltar, como bem descreve Kergoat, que a atividade doméstica exercida pelas mulheres era “sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2000, p. 2).

Falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos de desigualdades: é articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar estas atividades (KERGOAT, 2000, p. 4).

Considerando as observações de Kergoat (2000) sobre o assunto, pode-se concluir o quanto a divisão sexual do trabalho continua sendo uma relação de poder e dominação patriarcal, onde a hierarquia entre os gêneros é visível e discriminatória. Principalmente, ao consideramos o Estado como categoria normativa. A partir do momento que temos leis e regulamentos que, não apenas proíbem, mas que também inibem o trabalho da mulher – ou a

³⁶ Trabalho: aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: O minidicionário da língua portuguesa século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

sua participação em qualquer esfera da vida social – sua participação em sociedade fica cada vez mais restrita.

Depois que os homens foram para a Guerra, as mulheres

became proficient cooks and housekeepers, managed the finances, learned to fix the car, worked in a defense plant, and wrote letters to their soldiers husbands that were consistently upbeat [...] The contribution of the women in America, whether on the farm or in the factory or in the uniform, to D-Day was a sine qua non of the invasion effort (AMBROSE, Stephen apud National WWII Museum, p. 1).

Entrando na ideia do trabalho em si, é interessante perceber que o trabalho da mulher americana, apesar de diverso, ainda assim era restrito. Elas não podiam atuar na linha de batalha, como militares.

Ao final da Guerra, muito se especula sobre muitas mulheres terem retornado às suas casas, como se houvesse sido uma escolha puramente pessoal. Não foi bem assim. A saída da maioria dessas mulheres do mercado de trabalho deu-se por dois principais fatores: primeiramente, os homens voltaram da Guerra. Isso significava que, as pessoas que eram consideradas como naturalmente pertencentes ao trabalho, tinham que necessariamente voltar a trabalhar. Apesar da Guerra ganha, graças também ao esforço feminino, a cultura patriarcal norte americana não havia mudado, ou seja, os homens eram os verdadeiros trabalhadores externos e as mulheres, donas de casa. Segundo, foi a demissão em massa das mulheres pelas empresas privadas, principalmente, as de armas.³⁷

Mostrando as diferenças ainda gritantes entre os gêneros, até a remuneração americana é baseada no sexo. Apenas no ano de 1963, sob a presidência de John Kennedy, que o chamado *Equal Pay Act* é incorporado como uma emenda à Lei Federal Americana *The Fair Labor Standards Act*, de 1938.³⁸ A emenda tem como objetivo proibir a discriminação salarial baseado no gênero dos empregados, desde que realizem trabalhos iguais (em questão de capacidade), no mesmo cargo ou com o mesmo grau de responsabilidade. Para Beaton (1982), o trabalho da mulher sempre foi invisível e, por isso, sua remuneração sempre foi menor se comparado ao do homem. As mulheres deveriam se concentrar nos seus “trabalhos primários” (cuidar da casa e ser mãe), por isso que quando a mulher entra no mercado de trabalho, não é levado tão à sério. Seu trabalho seria apenas um complemento do salário do marido, então não

³⁷ “Well, I frankly think that everybody believed a woman’s place was in the home and in the kitchen and in the bedroom, and that was it. I think a lot of men didn’t want their wives to go out and earn money” TATE, Anna. Citação retirada do documentário **AMERICAN Experience: Tupperware**. Direção de Laurie Kahn. Massachusetts: Pbs, 2004. (63 min.), son., color. Legendado. Série American Experience. Disponível em: <<https://torrentz.eu/search?q=american+experience+tupperware>>. Acesso em 1 ago 2015.

³⁸ Informações disponíveis no *U.S Equal Employment Opportunity Commission*. Disponível em <<http://www.eeoc.gov/laws/statutes/epa.cfm>>. Acesso em 16 nov 2015.

haveria motivos de ser o mesmo valor. E a cultura patriarcal faz com o que a própria mulher aceite essa condição pois, no fundo, ela não está exercendo seu “trabalho primário”. O interessante é que, apesar da emenda, uma mulher americana pode ganhar até 30% a menos do que um homem americano exercendo a mesma função.

4.3. *The American Way of Life*

Três grandes motivos fizeram os EUA precisarem se reerguer e reconstruir como Nação, formando assim a ideia do *American Way Of Life*, a partir dos anos 50. Primeiramente, o crash da bolsa de valores de Nova York, em 1929; segundo, a segunda Guerra Mundial, que apesar de vitorioso, trouxe prejuízos da batalha ao país e terceiro, o comunismo soviético, que crescia a cada dia e, com isso, há o início da Guerra Fria.

Tanto o governo americano quanto a sociedade da época, sentiam a necessidade de promover um estilo de vida concentrado em princípios e regras, baseado na família tradicional. A ideia do *American Way of Life* era promover emprego e segurança à população americana. Morar no subúrbio, ter um carro, ser amigos dos vizinhos, fazer churrasco no quintal nos finais de semana, ter crianças brincando na rua, participar de clubes e associações para os moradores locais, entre outras características, eram algumas das ideias disseminadas. (LAMB, 2011).

A partir do avanço tecnológico – principalmente nos eletrodomésticos -, o aumento de emprego e a perpetuação desse ideal, o governo se apropria desses valores como democracia, liberdade, família e progresso como forma de disseminar medo e ódio à população, no que se refere ao comunismo e também para moldar o papel da mulher americana. É importante destacar que o *American Way of Life* promove a cultura em massa, ou seja, o capitalismo em sua forma inicial. A partir do momento que há um choque com outro tipo de poder - comunismo – que talvez tire dos americanos essa segurança e esse estilo de vida com a Guerra Fria, o que se deve fazer é aumentar ainda mais o *American Way of Life*, para que seja um ideal alcançável e forte o suficiente para criar um consenso em torno da necessidade de combater o inimigo. Dessa forma, os principais objetivos desse estilo de vida americano seriam: afastar o inimigo número um (comunismo), promover a família tradicional (pai, mãe, filhos e filhas), esposas em casa realizando trabalhos domésticos e maridos que

trabalhem fora e ganhem um salário e, por último mas não menos importante, promover o consumo em massa.³⁹

Obviamente, o *American Way of Life* foi aceito de braços abertos pela sociedade americana da época. Afinal, o povo americano precisava de um “rumo”, queria prosperar, ter uma família, empregabilidade e deixar todos os destroços da Guerra para trás, como uma lembrança distante. Seria começar novamente, construindo algo novo. A própria ideia do *American Way of Life* era fazer com que o conceito de família tradicional virasse uma obsessão nacional, onde homens e mulheres teriam tarefas específicas a serem cumpridas e papéis sociais determinados. É com essa “família perfeita” que o Governo garantia aos cidadãos uma nação organizada, privada, segura e um futuro promissor a todos os americanos, onde a ideia de casamento e família era sagrado, essencial e prioritário na vida de todos e todas.

Marriage was an incredible powerful institution during these years; people didn't ask themselves IF they were going to get married, but WHEN and TO WHOM? Young Women didn't have a doubt about having babies, but simply about HOW many babies they would give birth to [...] Family structure was the most reliable means to develop the nation in a way that the new American Way of Life would be completely disseminated. Marriage was a secure, organized, private world, surrounded by consumer goods, children and expectations (LAMB, 2011, p. 10-11).

Tal investida por parte do governo e através da mídia se constituiu numa estratégia de dominação ideológica bastante eficaz. Essas estratégias foram bem sucedidas tanto para que as mulheres participassem da Guerra quanto para que voltassem para casa no pós-guerra.

E foi exatamente esse estilo de vida que fez com que as mulheres voltassem para casa após a Guerra e dessem aos homens seus lugares de volta. A grande massa das propagandas, principalmente as que vinham do Governo Americano, eram direcionadas para que as mulheres voltassem para seus lares e assumissem – novamente – seus papéis de mães e esposas. Isso porque o trabalho da mulher durante a Segunda Guerra deveria ter sido temporário, ou seja, já que era um estado de guerra, as mulheres deveriam ocupar os lugares dos homens, mas apenas até eles retornarem para casa. Esse trabalho jamais foi com o intuito de promover a independência da mulher ou para que pensassem que poderiam exercer o mesmo trabalho que um homem. Apesar disso e de muitas terem voltado para casa, não

³⁹ Uma sociedade consumista era uma forma de ajudar a construir esse *American Way of Life*, onde seria trabalho patriótico das pessoas consumirem produtos americanos, considerando que nesta época os indústrias estavam se recompondo da Guerra (LAMB, 2011, p. 20).

significa que o trabalho feito durante a Guerra e a ideia de independência que isso trouxe a muitas mulheres devam ser ignorados.

O maior problema que as mulheres enfrentavam era o chamado “ideal feminino”, onde as mulheres até poderiam trabalhar, mas deveriam escolher entre o trabalho remunerado e fora da casa ou ser dona de casa e trabalhar, sem remuneração, para seu marido e seus filhos. Lembrando que as que realmente trabalhavam fora de casa eram mal vistas pela sociedade e ainda consideradas “masculinizadas”. Por isso muitas mulheres da época preferiram voltar para suas casas e serem apenas donas de casa (LAMB, 2011), para não enfrentarem o escrutínio de estarem no lugar de um homem. A ideia do feminino, então, era uma questão de escolha: ou ser um ou ser outro e essa escolha iria lhe definir pelo resto da vida. Independente da realização pessoal da mulher da época, o que era propagado era que o casamento, cuidar da casa e ser mãe eram os parâmetros para a felicidade feminina.

Dessa forma, o trabalho, o início do feminismo e a futura emancipação da mulher americana serviram para mostrar que o trabalho doméstico era exatamente só aquilo. Não havia nada de glamoroso ou compensatório em lavar, passar e cozinhar e também serviu para desmistificar essa ideologia do casamento e da maternidade como as únicas coisas verdadeiramente importantes na vida de uma mulher.

Em 1963, criou-se no território estadunidense o chamado *Equal Pay Act*, onde homens e mulheres deveriam receber o mesmo salário ao exercerem o mesmo trabalho, de maneira igualitária. Deve-se mencionar, remetendo este estudo às Relações Internacionais, que o Estado é uma categoria normativa. Isso significa que ele é o órgão responsável por normatizar as leis e comportamentos da sociedade. Ele define as regras que devem ser seguidas. Obviamente, uma lei só será lei a partir do momento que o Governo veja necessidade para que ela seja criada. O *Equal Pay Act* mostra exatamente isso: o trabalho da mulher tornou-se tão importante nesses últimos quinze anos, mas ainda era considerado inferior ao trabalho do homem, que criou-se uma norma para estabelecer igualdade nos salários.

Atualmente, nos EUA, uma mulher pode ganhar até 30% menos do que um homem apenas por conta do seu gênero, ou seja, não adianta haver normas e leis se, ao mesmo tempo que elas existem, não serão cumpridas nem supervisionadas pelas autoridades responsáveis. Até porque este tipo de discriminação trabalhista é muito difícil de ser comprovada. Mas isso não significa que ela não exista. Esse tipo de problema deve ser acompanhado e regulado, seja no setor público ou no privado.

Por isso, apesar da ideia de direitos iguais para homens e mulheres ser um avanço social, também é importante que essa mesma ideia seja seguida e propagada através dos anos. Logo após a *Equal Pay Act*, cria-se o *Equal Rights Amendment*, em 1966, para que houvesse uma mudança nos direitos entre homens e mulheres de acordo com a *Bill of Rights* dos EUA. Portanto, a luta por mais direitos das mulheres⁴⁰ após a Segunda Guerra Mundial foi uma peça chave para a construção do feminismo americano.

Contudo, isso era algo preocupante. Essa vontade pela emancipação feminina, considerando que esse ideal era uma forma de quebrar com o sistema e os paradigmas da época. Por isso a importância do *American Way of Life*: para que donas de casa infelizes ou descontentes exercendo apenas esse trabalho, entendessem que era algo para o melhor da Nação.

A mulher da metade do século XX buscou, tão somente, recuperar seu papel passivo e doméstico trazendo um retrocesso para a emancipação feminina. No entanto, esse passo atrás não duraria muito tempo, visto que nos anos 60 o movimento feminista tomou voz ativa e revolucionou a sociedade (BATISTA, s/d, p. 5).

Para demonstrar a força social que a mulher teve nesse período, os anos 1960 é a mesma época que desencadeia a segunda fase do feminismo, que luta pelo fim da discriminação entre os sexos. Nesse período, as mulheres, que ainda sentiam pesadamente a discriminação de gênero, lutaram pelas garantias de seus direitos e suas liberdades individuais.

4.4 *Rosie, the Riveter*

No ano de 1942, o artista gráfico J. Howard Miller foi contratado pela *Westinghouse Company's War Production Coordinating Committee* para desenvolver algumas gravuras e posters para o *war effort*. Com isso, o famoso poster *We Can Do It!* usando a imagem da operária Geraldine Hoff é criado. Inicialmente, a figura tinha dois objetivos: recrutar as mulheres para o trabalho (principalmente nas fábricas de armamento e bombas) e convencê-las a voltarem para casa após a Guerra. Durante esta época, a mídia utilizou-se de inúmeras

⁴⁰ Mais direitos, pois em agosto de 1920 as mulheres conquistaram, em todo o território nacional, o direito constitucional ao voto. Assim, foi criada a 19ª Emenda Constitucional dos EUA, onde o voto não poderia ser negado a nenhum cidadão por questões de gênero.

propagandas (rádios, revistas, billboards, jornais, posters, entre outros) para divulgar os trabalhos necessários durante a Segunda Guerra e que, assim, ela fosse ganha.

Mcgrath (s/d) menciona em seu artigo que o *War Advertising Council's Women in War Jobs Campaign* serviu para mostrar, durante esses anos, que apesar do trabalho da mulher ter sido positivo para a Guerra, as mulheres ainda eram inadequadas para a força de trabalho. Isso porque, observando analiticamente a figura – que no futuro será conhecida como Rosie – o símbolo representado é de uma mulher branca, jovem, aparentemente de classe média, magra e atraente. Vendo a foto colorida, ainda podemos observar que Rosie utiliza suas roupas com as cores vermelha, branca e azul (cores da bandeira americana), mostrando a verdadeira patriota por trás deste trabalho. A ideia de convocar essas mulheres ao trabalho operário era exatamente para aumentar a noção de que trabalhariam para o *war effort*, mas assim que a Guerra terminasse e que seus trabalhos não fossem mais necessários, voltariam para o âmbito privado de suas casas. Observando a figura ainda mais detalhadamente, vemos que Rosie – apesar de demonstrar uma postura masculinizada ao dobrar suas mangas, mostrar os bíceps e estar séria – não perde seus traços femininos. Seu cabelo continua arrumado, está maquiada, com as sobrancelhas devidamente feitas e com a bandana no cabelo. O pôster foi criado e transformado em uma *commodity* para recrutar mulheres ao trabalho operário, mas ainda assim, preservando sua feminilidade e beleza para o trabalho nacional. Dessa forma, os símbolos que a Westinghouse queria passar com esse pôster, eram os mesmo de toda sociedade americana durante a Guerra: inovação, orgulho, trabalho voluntário e, claro, força.



Fonte: *The National Archives. Rosie, the Riveter, 1942.*⁴¹

⁴¹ Disponível em: <<https://research.archives.gov/id/535413?q=rosie%20the%20riveter>>. Acesso em 5 jun 2015.

O *Ad Council* norte americano esperava que a maioria das mulheres que entrassem no mercado de trabalho fossem donas de casa que nunca haviam trabalhado antes, pois voltariam para suas vidas domésticas mais facilmente após a Guerra. A ideia, então, era que essas mulheres – com as características mencionadas acima – fizessem o trabalho necessário e depois voltassem para seus postos de mães e esposas. Contudo, a realidade era bem diferente. Não somente a grande maioria das mulheres que trabalharam durante a Guerra eram negras e de classe baixa, como muitas já trabalhavam antes do início da Guerra. Muitas dessas mulheres eram solteiras ou viúvas e não tinham como se manter, uma vez que o trabalho assalariado era, prioritariamente, para o homem. Apesar de muitas empresas ainda, em pleno ano de 1942, recusarem mulheres para o trabalho, por considerá-las inadequadas, as contratações eram feitas por pura necessidade. (HONEY, 1984 apud MCGRATH, s/d, p. 5).

É curioso pensar que as mulheres americanas, que por tanto tempo foram excluídas do mercado de trabalho⁴², agora são – mais do que em qualquer época histórica dos EUA – incentivadas a fazerem parte do trabalho assalariado, a serem voluntárias na Guerra e participarem do *war effort*. Não porque entendeu-se a importância que o gênero feminino possui nas mais diversas áreas do trabalho, mas porque a Guerra precisava terminar e não havia homens suficientes em território nacional para, sozinhos, trabalharem em prol da guerra.

A ideia de que as mulheres não somente precisavam trabalhar fora, mas também dentro de casa, cria uma dicotomia sobre sua identidade e seu papel na sociedade. Afinal, esperava-se que as mulheres aguardassem a volta de seus maridos e, ao mesmo tempo, os ajudassem ao trabalharem nas fábricas (MCGRATH, s/d).

Apesar de toda imagem patriarcal e midiática de Rosie, o pôster apenas ganha esse nome quando o símbolo que antes representava a força de trabalho americana durante a Segunda Guerra Mundial, passar a representar o feminismo e o poder econômico das mulheres nessa sociedade. Apesar de possuir traços peculiares na época, Rosie passou por transformações simbólicas nos Estados Unidos da América ao longo dos anos.

Tomando como exemplo, o livro “O Poder Simbólico” de Pierre Bourdieu (1989), as ideologias são utilizadas pela classe dominante para manter o controle sobre determinado povo e essas ideologias são disseminadas através das produções simbólicas criadas por essa dominação. Dessa forma, as produções simbólicas tornam-se parte integrante de distinguir a hierarquia que existe em determinada sociedade, legitimando essa ação. Isso quer dizer que a

⁴² Remete-se aqui à ideia das fases do Feminismo, onde discute-se sobre a mulher da classe média americana, em sua maioria caucasiana. Sabe-se muito bem que mulheres negras e/ou de classe baixa, já faziam parte do trabalho assalariado americano.

cultura que une é a mesma que separa. Criam-se estratégias culturais para fazer com que os cidadãos sintam-se unidos e homogêneos quando, na verdade, é apenas uma forma da classe dominante permanecer no poder e controlar os dominados. (BORDIEU, 1989).

A importância que *Rosie, The Riveter* tem na ideia de símbolos é a sua significação para a época e como um símbolo de patriarcado tornou-se, através dos anos, um símbolo do feminismo. A imagem de Rosie perpassa sua ideia original e toma outros significados, como uma espécie de reciclagem do seu sentido original. Isso porque, a partir dos anos 60, nos EUA, com o início do feminismo liberal, a imagem de Rosie é restaurada, mas com uma significação completamente diferente da anterior: ela agora é um símbolo de força e liberação feminina.

Assim, podemos perceber a contribuição da entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho durante a Segunda Guerra para a “emancipação” feminina, porque apesar das tentativas, por parte do poder hegemônico de retorno à ordem anterior e de impedir qualquer mudança significativa na estrutura das relações de gênero, o caso da reversão simbólica da imagem de Rosie aponta para a produção de excedentes de significados (GEERTZ, 1989), ou polissemia dos símbolos, ou seja, os vários significados atribuídos a um mesmo símbolo, quando apreendido por vozes (sujeitos, categorias, grupos) distintas. Nesse caso, o significado originalmente pretendido para *Rosie* pelas vozes (sujeitos) hegemônicas foi reapropriado e transformado pelas vozes dos sujeitos oprimidos, e usado como símbolo de luta contra a desigualdade de gênero. O que foi possível, justamente, após a possibilidade que tiveram de viver outra experiência feminina e conhecer outros projetos de vida, quando da participação nas atividades produtivas e na esfera pública.

Podemos comparar esse processo a outro descrito por Castells, em seu livro “O poder da Identidade”, quando se refere à apropriação, por parte da comunidade gay, do termo “bichas loucas”, usado comumente como referência depreciativa pela sociedade mais ampla e (re)apropriado pelo grupo como símbolo de resistência. Processo semelhante à utilização, por parte do movimento negro americano, do termo “*black*”, difundido principalmente na retórica “*Black Power*”, que utilizou uma categoria pejorativamente evocada em discursos racistas, transformando-a, justamente, em “uma cor política a ser afirmada com orgulho contra racismos fundados na cor” (BRAH, 2006).

Um dos instrumentos simbólicos descritos por Bourdieu é a divisão de trabalho – tanto entre classes sociais quanto entre ideologias (divisão manual e intelectual). O livro de Bourdieu (1989) não menciona, porém, uma divisão igualmente importante, mas distinta entre

as duas acima: a divisão sexual do trabalho, explorado nos estudos de Danièle Kergoat (2000). Como já mencionado anteriormente, há trabalhos específicos para homens e para mulheres.

Utilizando as ideias de Bellamy (2011), ela consegue explicar em seu artigo a ideologia por trás das propagandas da época, principalmente, de *Rosie*. Segundo a mesma, que utilizou as ideias de *power-knowledge* de Foucault (1979), sendo a utilização do mecanismo de discurso – ou seja, a mídia – para criar identidades, que, neste caso, é uma identidade sexual. Isso mostra que, apesar da ideia de que a mulher agora poderia exercer o trabalho de um homem, ela não deveria esquecer que não é um homem e deveria manter sua feminilidade intacta.

Por isso, apesar de ser uma figura vista hoje como liberação feminina, de forma alguma esse era o intuito da época. Claro, a ideia era de que as mulheres trabalhassem e fizessem sua parte para a vitória dos EUA, mas não esquecessem que era um trabalho temporário e que, no fundo, o trabalho da mulher era em casa, cuidando do maridos e dos filhos e das filhas. Isso retoma o tema de reversão simbólica e a adaptação da imagem pelo movimento feminista. Para mostrar os efeitos inesperados dessa estratégia de uso da força feminina, que apesar de todo esforço para que essa experiência de participação no mundo do trabalho não se tornar-se instrumento de emancipação feminina, a adequação de *Rosie* pelas vozes subalternas o converteu em símbolo de luta, o que é expressivo com a maior entrada de mulheres no mercado de trabalho após a Guerra, fortalecendo o ideal de emancipação das mulheres.

5 Considerações Finais

Depois de termos visto toda a trajetória do trabalho das mulheres americanas durante a Segunda Guerra Mundial, duas conclusões podem ser tiradas. Primeiro, que foi um trabalho temporário, onde as mulheres não foram devidamente reconhecidas, mas amplamente convidadas a participarem do *war effort*. Segundo, as mudanças significativas na sociedade americana após esse trabalho. Admite-se que não foi necessariamente o trabalho dessas mulheres o único motivo para o desencadeamento do movimento feminista nos EUA nos anos 60. Contudo, como desconsiderar esse trabalho e achá-lo insignificante para a nova ordem social americana que apareceu menos de duas décadas depois?

O esforço das *suffragettes* não deve ser desmerecido. Elas impulsionaram a sociedade americana para serem reconhecidas e terem o direito ao voto, mas o trabalho das mulheres durante as duas Grandes Guerras⁴³ foi o estopim para as próprias mulheres reconhecerem suas capacidades como seres produtores. Esse trabalho não foi apenas uma questão da sociedade dar espaço para essas mulheres, mas sim uma oportunidade da própria mulher se enxergar como algo fora do “instinto materno”.⁴⁴ Dessa forma, as mulheres passam a entender que sua tarefa como ser social pode ir muito mais além do que o Governo e a mídia pregam, por exemplo. Ela entende que pode ser mãe (se assim desejar) e cuidar da casa, mas também pode ser financeiramente independente de seu marido, ganhar um salário, alcançar posições de destaque profissionalmente. A mulher americana passa a entender que possui as mesmas capacidades que o homem e podem realizar os mesmos trabalhos. Tudo isso traz uma nova forma de ver a sociedade e interagir dentro dela.

O movimento feminista, então, foi (e continua sendo) um momento de conhecimento da mulher como mais do que um “rótulo”. Ela passa a se reconhecer como um ser fora do homem, e não apenas a partir dele. Seu reflexo não é mais o de reproduzir uma ordem patriarcal que limite a mulher à esfera doméstica, mas sim independente dessas ideias que, de

⁴³ As mulheres trabalharam em ambas as guerras mundiais. Contudo, seu trabalho durante a Segunda Guerra foi mais significativo, com a fabricação de bombas e trabalhos formais e assalariados.

⁴⁴ Palavras utilizadas para tentar naturalizar algumas atitudes consideradas específicas da mulher, como ser uma mãe zelosa, cuidar da casa, ser mais “sensível” e carinhosa.

certa forma, engessam tanto o significado do que é ser mulher, quanto o significado do que é ser homem.⁴⁵

A vitória dos EUA na Guerra os tornou na nova potência mundial. Então, toda a ordem política mundial muda depois desse período e o trabalho da mulher americana também deve ser reconhecido como fator impulsionador. Essas lutas das mulheres – seja pelo direito do voto, leis trabalhistas iguais – fazem com que conceitos pré-estabelecidos sejam dissipados e antigas interpretações sobre gênero e sexo tenham novos significados. Como Bellamy (2011) bem afirmou, há um certo exagero em relação ao trabalho da mulher entre 1939-1945. Os salários não eram iguais, poucas eram chefes em seus setores de trabalho, e a decisão de incluí-las foi muito mais por um impulso político-econômico do que qualquer outra coisa. Sabe-se que, na prática, elas desempenhavam atividades inferiores as dos homens e, mesmo estando num cargo de superioridade e liderança, ela continuava a ser excluída das políticas de decisão que os homens participavam. Independente da circunstância, a segregação sexual do trabalho e a estrutura hierárquica continuaram, com o agravante de que os homens que trabalhavam ainda ganhavam mais do que as mulheres. Contudo, é para se discordar de sua afirmação que esse período não causou mudanças sociais de longo prazo ou mudou o status dessas mulheres no trabalho americano. O próprio General Eisenhower⁴⁶ vocalizou mais de uma vez a importância das mulheres para a vitória americana, tanto as que foram trabalhar fora de casa quanto as que usaram seus uniformes e entraram no exército americano.

Durante o período mencionado, todas as esferas de trabalho eram permitidas e consideradas úteis para mulheres: desde a Academia até mulheres dentro da militância americana. Para isso, toda a construção sobre a identidade de gênero precisou ser reformulada, dando à mulher o caráter de capaz e eficiente para atender à demanda de trabalho, mesmo que temporariamente. A partir do momento em que o trabalho feminino é reconhecido como fundamental para a vitória dos Aliados e eles vencem, ele passa a ser mais reconhecido do que em qualquer outra época da histórica americana. Com a compreensão da mulher americana de que seu trabalho ajudou a vitória dos EUA, como é possível dizer que não houve mudanças nas estruturas hierárquicas dessa sociedade? Como bem descreve Scott (1998), não há separação entre saber e poder e, mais especificamente, o gênero também está

⁴⁵ É importante mencionar rapidamente que o sistema patriarcal também engessa o papel do homem, onde o mesmo deve ser provedor, não podendo ter “características femininas”, como ser sensível, emocional, ou realizar tarefas domésticas e se dedicar aos cuidados com os filhos e filhas.

⁴⁶ Foi um General bastante renomado por seu serviço militar durante a Segunda Guerra Mundial, tornando-se, posteriormente, o 34º Presidente dos EUA de 1953 até 1961.

dentro dessas relações hierárquicas. Para ela, a cultura e a sociedade hierarquizam a questão de gênero para que se mantenha uma visão retrógrada sobre homens e mulheres.

O trabalho dessas mulheres foi importante por isso: a partir do momento em que sua própria história é recontada ou pelo menos contada a partir de um novo objeto, as construções hegemônicas do mundo social são reformuladas. A cultura patriarcal insiste em excluir as mulheres – e outros grupos minoritários – de sua história. Principalmente, se esta história é bem sucedida. Com um movimento de rejeição à normalidade e naturalidade de preconceitos como o feminista, elas podem dar o tom que quiserem, tomarem suas próprias decisões e, como muitas fazem hoje, mudar o rumo da história. Por muito tempo a mulher tem sido coadjuvante num mundo em que apenas homens eram protagonistas. Seria uma inverdade declarar que hoje é diferente. Mas é muito menos do que antes, não há dúvidas. Atualmente, mulheres são *CEO's*, governantes de grandes nações, e estão em todas as esferas de trabalho que se possa imaginar. Como não atribuir essas conquistas ao movimento feminista? Que, por seu turno, reconhece a força da mulher e mostra que esta pode ser protagonista de sua própria história? E é exatamente nesse ponto que chega a Teoria Feminista das RI. Para tentar explicar essas novas ordens sociais que estão, cada vez mais, tendo voz ao redor do globo.⁴⁷

Por isso que, mencionando especificamente o trabalho da mulher, o Estado, como categoria normativa, deve tentar dissipar as desigualdades. Contudo, se todo o Congresso ou Senado ou Assembleia de um país é composta apenas de (ou em sua grande maioria) homens, caucasianos, de classe média alta e religiosos, como os direitos de todas as minorias serão amplamente atendidos?⁴⁸ Por isso, o trabalho de Kergoat é tão importante para explicar essa dicotomia e hierarquização entre trabalho e gênero. Como explicado durante o texto, a autora explica que a divisão social do trabalho possui dois princípios organizadores: o de separação e o de hierarquização. Enquanto o primeiro significa que existe trabalhos exercidos por homens e trabalhos exercidos por mulheres; o segundo interpreta a ideia de que esses trabalhos exercidos pelo homens são mais importantes – ou valem mais – do que o da mulher. Isso porque as características biológicas de cada sexo pré determinaria sua ocupação no meio social e trabalhista, legitimando essa diferença e, assim, reduzindo os papéis sociais, para papéis sexuais.

Considerando as observações de Kergoat sobre o assunto, pode-se concluir o quanto a divisão sexual do trabalho continua sendo uma relação de poder e dominação patriarcal,

⁴⁷ Pela primeira vez na Arábia Saudita, as mulheres tiveram o direito de voto no ano de 2015 e o direito de serem candidatas. Para mostrar o paradoxo do papel da mulher, esse é o único país do mundo em que mulheres são proibidas de dirigir.

⁴⁸ Vide figura 5 em anexo.

onde a hierarquia entre os gêneros é visível e discriminatória. Principalmente, ao consideramos o Estado como categoria normativa. A partir do momento que temos leis e regulamentos que, não apenas proibem, mas que também inibem o trabalho da mulher – ou a sua participação em qualquer esfera da vida social – sua participação em sociedade fica cada vez mais restrita.

Nos anos pós Guerra, a ideologia do *American Way of Life* tenta retomar com todas as forças as ideias tradicionais de família, que ficaram esquecidas no período do conflito. Foi exatamente esse estilo de vida que fez com que as mulheres voltassem para casa após a Guerra e dessem aos homens seus lugares de volta. A grande massa das propagandas, principalmente as que vinham do Governo americano, serviu para convencer as mulheres que voltassem para seus lares e assumissem – novamente e exclusivamente – seus papéis de mães e esposas. Como já mencionado, o trabalho de guerra jamais foi com o intuito de promover a independência da mulher ou para que pensassem que poderiam exercer o mesmo trabalho que um homem. Apesar disso e apesar de muitas terem voltado para casa, não significa que o trabalho feito durante a Guerra e a ideia de independência que isso trouxe à muitas mulheres devam ser ignorados.

O maior problema que as mulheres enfrentavam era o chamado “ideal feminino”, onde as mulheres até poderiam trabalhar, mas deveriam escolher entre o trabalho remunerado e fora da casa ou ser dona de casa e trabalhar, sem remuneração, para seu marido e seus filhos. Lembrando que as que realmente trabalhavam fora de casa eram mal vistas pela sociedade e ainda consideradas “masculinizadas”. Por isso, muitas mulheres da época preferiram voltar para suas casas e serem donas de casa, para não enfrentarem o escrutínio de estarem no lugar de um homem. A ideia do feminino, então, era uma questão de escolha: ou ser um ou ser outro e essa escolha iria lhe definir pelo resto da vida. Independente da realização pessoal da mulher da época, o que era propagado era que o casamento, cuidar da casa e ser mãe eram os parâmetros para a felicidade feminina. No pós Guerra e com o boom do feminismo, surge a possibilidade das mulheres construírem novos projetos de vida, não apenas restritos a realização afetiva e familiar ou limitado à esfera doméstica.

É curioso pensar que as mulheres americanas, que por tanto tempo foram excluídas do mercado de trabalho, passaram a ser – mais do que em qualquer época histórica dos EUA – incentivadas a fazerem parte do trabalho assalariado, a serem voluntárias na Guerra e participarem do *war effort*. Não porque entendeu-se a importância que o gênero feminino possui nas mais diversas áreas do trabalho, mas porque a Guerra precisava terminar e não

havia homens suficientes em território nacional para, sozinhos, trabalharem em prol da guerra. Porém, isso não desmereceu esse trabalho, essa força e essa descoberta da importância da mulher como provedora. Como Hoesley afirma, o papel da mulher americana moderna muda junto com a economia a cada década e cada geração redefine o que significa ser “mulher” no ambiente de trabalho. Ainda temos muito que avançar nos espaços sociais alcançados pelas mulheres, bem como nas desigualdades estruturais, que posicionam homens e mulheres dentro de uma lógica hierárquica e se expressa nas assimetrias de poder, tanto na esfera doméstica quanto na pública. Contudo, o movimento feminista e sua Teoria estão disponíveis para que essas questões sejam discutidas e, se possível, reparadas definitivamente.

Referências Bibliográficas

AL, Scott Burchill Et. *Theories of International Relations*. 3. ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

ALENCAR, Agnes. **Mulheres em conflitos**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, v. 117, jun. 2015. Anual.

AMBROSE, Stephen apud *National WWII Museum*. Disponível em: <<http://www.nationalww2museum.org/learn/education/for-students/www2-history/at-a-glance/women-in-ww2.pdf>>. Acesso em 10 ago 2015.

BARROS, Mariana de Oliveira. **Contribuições feministas para as Relações Internacionais**. Brasília: Cena Internacional, v. 9, n. 1, 2007. Semestral. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/CENAIternacional/2007/vol9/no1/8.pdf>>. Acesso em 3 mar 2014.

BATES, Kathy (Nar). Documentário *American Experience: Tupperware*. Direção de Laurie Kahn. Massachusetts: Pbs, 2004. (63 min.), son., color. Legendado. Série *American Experience*. Disponível em: <<https://torrentz.eu/search?q=american+experience+tupperware>>. Acesso em 1 ago 2015.

BATISTA, Cristina Peixoto. **Mulheres em tempos de guerra: análise do comportamento e da moda feminina nos anos 20 e 50**. Disponível em: <http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseño/articulos_pdf/A077.pdf>. Acesso em 5 maio 2015.

BEATON, Lynn. *The importance of women's paid labor: Women at work in World War II*, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/subject/women/authors/beaton/world-war-two.htm>>. Acesso em 10 maio 2015.

BELLAMY, Debra. *Rugged Arms and Rosy Cheeks: The Working Women of World War II*, 2011. Disponível em: <<http://www.goucher.edu/Documents/verge/papers8/TheWorkingWomenofWorldWarII.pdf>>. Acesso em 5 ago 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAH, Avtar. *Difference, diversity, differentiation. Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Nova York: Routledge, 1996. Tradução In: **Cadernos Pagu**. Rio de Janeiro, v. 26, Semestral, 2006.

BRANDÃO, Isabel (Org.). **O corpo em revista: olhares interdisciplinares**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2005.

CAPRA, Fritjof. **Sabedoria incomum: Conversas com pessoas notáveis**. 10. ed. São Paulo: Cultrix Ltda., 1995. Disponível em: <<http://www.tattwa.org.br/livros/Sabedoria-Incomum-Fritjof-Capra.pdf>>. Acesso em 10 out 2014.

CASTANHO, Gisela M. Pires. Abuso sexual intrafamiliar e transmissão psíquica. In: 17º CONGRESSO DE PSICODRAMA E 1º LATINO AMERICANO DE PSICOTERAPIA DE GRUPO E PROCESSOS GRUPAIS, 17., 2010, São Paulo. São Paulo: Febrap, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 2 v. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 580 p.

COHN, Gabriel (Org.). **Weber: Sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. Disponível em: <[http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/COHNG\(org\)WeberSociologiaCopia.pdf](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/COHNG(org)WeberSociologiaCopia.pdf)>. Acesso em 15 out 2014.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. **A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2005000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 03 nov 2014.

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette; DUBY, Georges (Org.). **História das mulheres: do renascimento à idade moderna**. 3. ed. São Paulo: Afrontamento, 1994.

DUBY, Georges. O modelo cortês. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane. **História das mulheres no Ocidente: A Idade Média**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1990.

ELIAS, Rodrigo. **Mulheres em conflitos**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, v. 117, jun. 2015. Anual.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: O minidicionário da língua portuguesa século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUBERNIKOFF, Giselle. **A Imagem: Representação da mulher no cinema**. Caxias do Sul: Conexão - Comunicação e Cultura, v. 8, n. 15, 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/113/104>>. Acesso em 03 mar 2014.

HOESLEY, Mimi. **Women in WWII: How Women's Entry into the Public Sphere Helped Win the War and Influence Gender Workplace Discourse**. 2013. 14 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Modern Political Economy, Columbia Business School, Columbia, 2013. Disponível em: <[https://www8.gsb.columbia.edu/socialenterprise/sites/socialenterprise/files/Women In WWII.pdf](https://www8.gsb.columbia.edu/socialenterprise/sites/socialenterprise/files/Women%20In%20WWII.pdf)>. Acesso em 28 out 2015.

HONEY, Maureen. *Creating Rosie the Riveter: Class, Gender and Propaganda during WWII*. Massachusetts: The University Of Massachusetts Press, 1984.

JELIN, Elizabeth. Mulheres em conflitos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, v. 117, jun. 2015. Anual.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena et al (Org.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. Disponível em:
<http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf>. Acesso em 23 ago 2014.

LAMB, Vanessa Martins. *The 1950's and the 1960's and the American Woman: the transition from the "housewife" to the feminist*. 2011. Disponível em:
<<http://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-00680821/document>>. Acesso em 10 abr 2015.

MAIA, Antônio C. **Sobre a analítica do poder de Foucault**. São Paulo: Tempo Social, 1995.

MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1999.

MARTINS, James de Souza. **Processos de exclusão e inclusão dos valores femininos na sociedade**. Paraná: Jornal Aleluia, 2008.

MASONI, Melissa. **O feminismo e sua contribuição para as relações internacionais**. 2013. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário Metodista Bennett, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:
<<http://pt.slideshare.net/melmasoni/o-feminismo-e-sua-contribuio-para-as-ri>>. Acesso em 7 nov 2015.

MCCUSKER, Kristine. *Women in World War II*. Disponível em:
<<http://humanitiestennessee.org/sites/humanitiestennessee.org/files/Women%20in%20World%20War%20II-%20McCusker.pdf>>. Acesso em 13 set 2015.

MCGRATH, Casey. *Rose the Riveter, a Reluctant Symbol of Patriarchy: The Evolution of an American Icon*. Disponível em: <[https://www.msu.edu/~mcgrat71/Writing/Rosie the Riveter, a Reluctant Symbol of Patriarchy.pdf](https://www.msu.edu/~mcgrat71/Writing/Rosie%20the%20Riveter,%20a%20Reluctant%20Symbol%20of%20Patriarchy.pdf)>. Acesso em 5 maio 2015.

MELLO, Ana Claudia R. Costa D. Mello. **As mulheres na guerra: pelo esforço de guerra ou como combatentes. Sim, elas estiveram lá!**. São Paulo: Pré-univesp, v. 52, nov. 2015. Disponível em: <http://pre.univesp.br/as-mulheres-na-guerra#.Vj_slberQ2x>. Acesso em 3 nov. 2015.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. **As Representações Femininas nas Histórias em Quadrinhos Norte-Americanas: Jane Tarpé Mills e sua Miss Fury (1941-1952)**. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Salgado de Oliveira, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:
<<http://www.historiaimagem.com.br/edicao10abril2010/reprfeminquadrinhosebal.pdf>>. Acesso em 1 out 2015.

Países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Disponível em:

<http://www.suapesquisa.com/segundaguerra/paises_envolvidos.htm>. Acesso em 13 maio 2015.

Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero. Disponível em:

<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em 24 out 2015.

REIS, Sarah de Freitas. **A política internacional sob as lentes do “gênero”:** contribuições do feminismo às Relações Internacionais, 2007. Disponível em:

<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/apresentacao_sarah.ppt>. Acesso em 7 nov 2015.

Relatório Anual 2014 – PNUD. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência”. Disponível em:

<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em 11 nov 2015.

SANTOS, Helena Miranda. A Construção da Imagem “Ideal” da Mulher na Mídia Contemporânea. **Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, v. 8, n. 8, ago. 2008. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST39/Helena_Miranda_dos_Santos_39.pdf>. Acesso em 1 jun 2014.

SCOTT, Joan. *Gender and politics of history*. Nova York: *Columbia University Press*, 1988.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. São Paulo, v. 16, jan. 1998. Semestral. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194>>. Acesso em 19 out 2015.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. **Revista Ártemis**. João Pessoa, v. 8, jun. 2008. Semestral. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2857/1/2310-3525-1-PB.pdf>> Acesso em 19 out 2015.

TATE, Anna. *American Experience: Tupperware*. Direção de Laurie Kahn. Massachusetts: Pbs, 2004. (63 min.), son., color. Legendado. Série

American Experience. Disponível em: <<https://kat.cr/torrents/pbs-american-experience-tupperware-720p-x264-ac3-hdtv-t8163328/>>. Acesso em 01 ago 2015.

TEIXEIRA, Nínia Cecília. Mulheres em conflitos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, v. 117, jun. 2015. Anual.

The Equal Pay Act of 1963. *U.S Equal Employment Opportunity Commission*. Disponível em: <<http://www.eeoc.gov/laws/statutes/epa.cfm>>. Acesso em 16 nov 2015.

The National WWII Museum. Disponível em:

<<http://www.nationalww2museum.org/learn/education/for-students/ww2-history/ww2-by-the-numbers/us-military.html>>. Acesso em 05 jun 2015.

TICKNER, J. ANN. *Gender in International Relations*. Nova York: Columbia University

Press, 1992. Disponível em: <

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.467.44&rep=rep1&type=pdf>>.

Acesso em 25 jul 2015.

WAISELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil**. São

Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em 12 jun 2015.

ZOZZOLI, Jean-Charles. *Corpos de mulheres enquanto marcas na mídia: recortes*. In:

BRANDÃO, Isabel (Org.). **O corpo em revista: olhares interdisciplinares**. Maceió:

Universidade Federal de Alagoas, 2005.

Anexo - Figuras

Figura 1



Fonte: *The National Archives, 1942-1945.*⁴⁹

⁴⁹ Disponível em: <https://research.archives.gov/id/515089?q=*:>. Acesso em 05 jun 2015.

Figura 2



Fonte: *The National Archives*, 1942-1945.⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: <https://research.archives.gov/id/515109?q=:*:*>. Acesso em 05 jun 2015.

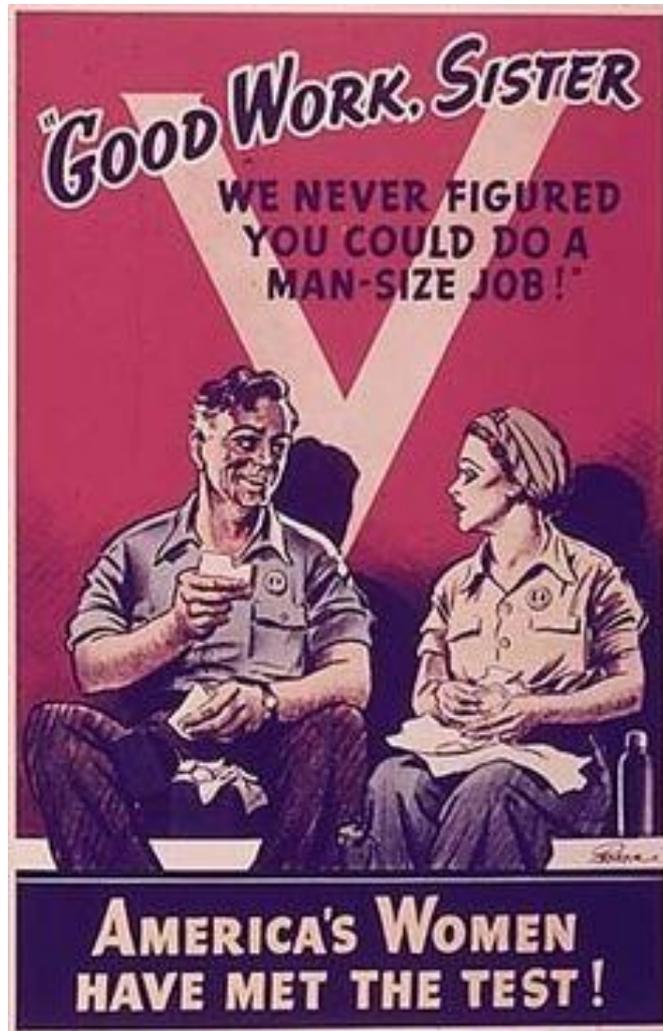
Figura 3



Fonte: *The National Archives*, 1942-1945.⁵¹

⁵¹ Disponível em: <https://research.archives.gov/id/513886?q=%3A*>. Acesso em 05 jun 2015.

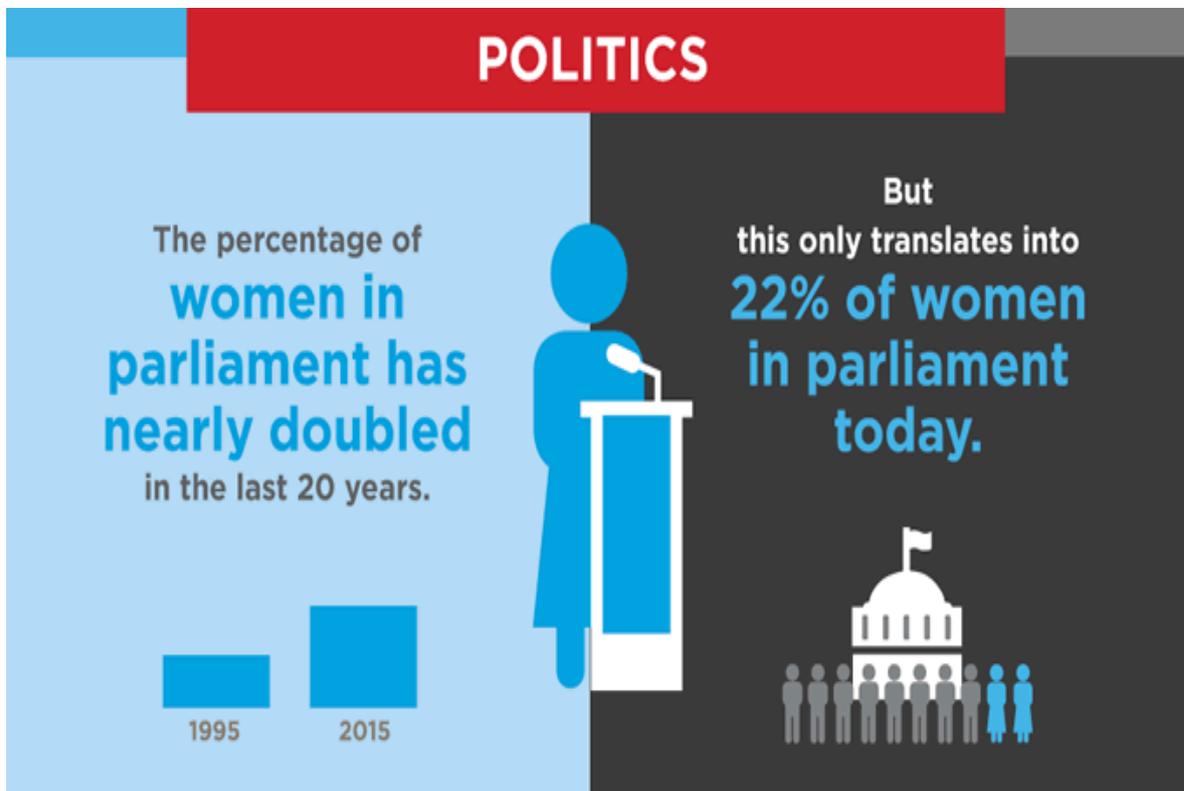
Figura 4



Fonte: *The National Archives*, 1942-1945.⁵²

⁵² Disponível em: <https://research.archives.gov/id/514416?q=*:>. Acesso em 05 jun 2015.

Figura 5



Fonte: *United Nations Women, 2015*.⁵³

⁵³ Disponível em: < <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures>>. Acesso em 10 out 2015.

Figura 6



Fonte: *World Health Organization, 2013.*⁵⁴

⁵⁴ Disponível em: < http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/VAW_health_impact.jpeg >. Acesso em 10 out 2015.

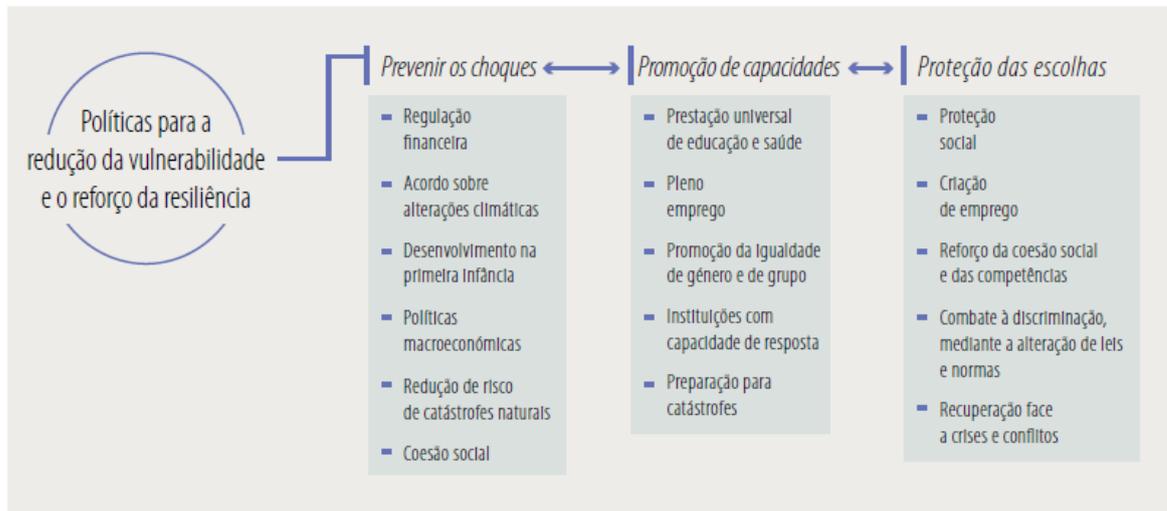
Figura 7



Fonte: World Health Organization, 2013.⁵⁵

⁵⁵ Disponível em: < http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/VAW_Prevalence.jpeg>. Acesso em 10 out 2015.

Figura 8

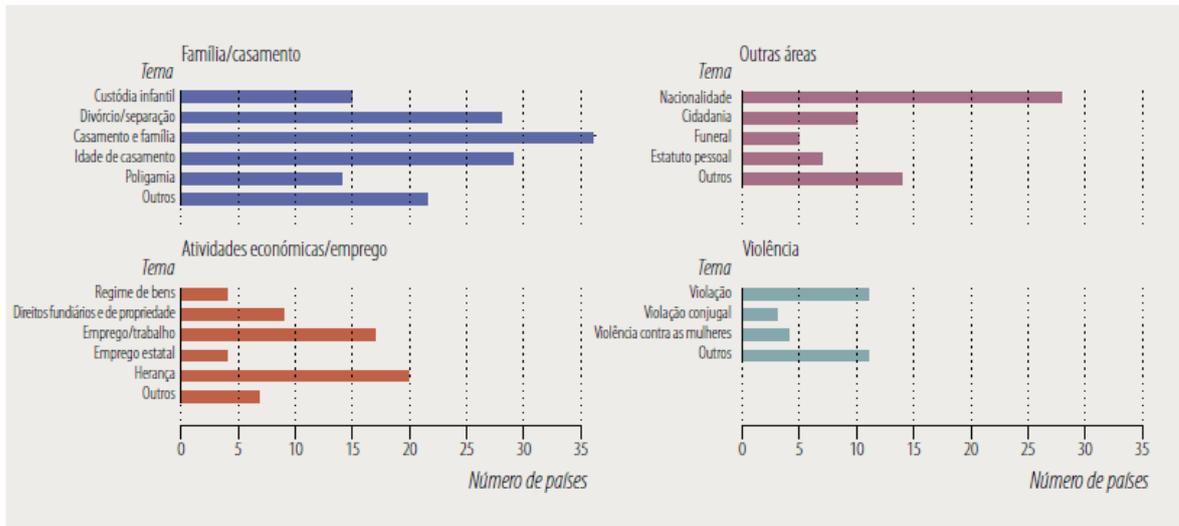
Políticas para a redução da vulnerabilidade e o reforço da resiliência

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência”, 2014.⁵⁶

⁵⁶ Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em 11 nov 2015.

Figura 9

Vários países têm leis discriminatórias das mulheres em matéria de família, atividades econômicas, violência e outras questões



Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência”, 2014.⁵⁷

⁵⁷ Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em 11 nov 2015.